VICTORIA
Uma empresa do Grupo Segurador SMABTP

VICTORIA - SEGUROS DE VIDA, S.A.

RELATÓRIO & CONTAS 2012

www.victoria-seguros.pt

ÍNDICE

01
RELATÓRIO

06 RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

11 BALANÇO
17 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
21 DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTERGAL
22 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXAS
24 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO
26 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

114 CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS
115 RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

04
ANEXOS

117 ANEXO I - PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS RAMO VIDA
119 ANEXO II - RENTABILIDADES BRUTAS DE PRODUTOS FINANCEIROS RAMO VIDA

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A

VICTORIA-SEGUROS S.A.

VICTORIA-SEGUROS DE VIDA S.A.

Relatório e contas aprovado em AG a 27 de Março de 2013

www.victoria-seguros.pt

"Ninguem é imprescindível, mas todos somos necessários"

Alberto Toledano

1958 - 2013

ESTRUTURA DE GOVERNO **DA SOCIEDADE**

VICTORIA - SEGUROS DE VIDA, S.A.

ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da assembleia Geral

José António Pinto Ribeiro
Presidente

J.A. Pinto Ribeiro & Associados, Sociedade Advogados (representada por Maria Mateus Pinto)
Secretário

Conselho de Administração

Alain Dupont
Presidente

Christian Baffy
Vogal

Pierre Esparbès
Vogal

Bernard Milléquant
Vogal

Hubert Rodarie
Vogal

Alberto Toledano*1
Administrador Delegado

Cyrille Mascarelle*2
Administrador Delegado

Conselho Fiscal

João de Lara Everard
Presidente

Santiago Gil de Biedma
Vogal

António Vilar
Vogal

Luís Henriques
Suplente

Revisor Oficial de Contas

Ernst & Young Audit & Associados - S.R.O.C., S.A. (SROC nº 178) (representada por Ana Salcedas (ROC nº 1230)
Efectivo

João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)
Suplente

CONSELHO EXECUTIVO

Alberto Toledano*1
Administrador Delegado

Cyrille Mascarelle*2
Administrador Delegado

Carlos Suárez
Director Geral Adjunto

Francisco Campilho
Director Geral Adjunto

*1 Em funções até 20 de Março de 2013
*2 Com efeito desde 26 de Março de 2013

VICTORIA
Uma empresa do Grupo Segurador SMABTP

01

RELATÓRIO

VICTORIA - SEGUROS DE VIDA, S.A.

RELATÓRIO & CONTAS 2012

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais e dos Estatutos, submetemos à apreciação da Assembleia Geral o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e Notas às Demonstrações Financeiras do exercício de 2012.

01.1
Actividade da Empresa

A VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. explora em Portugal todas as modalidades de seguro de vida, nomeadamente os produtos tradicionais, produtos financeiros, planos de poupança reforma, rendas e todas as formas de planos de previdência. Assume ainda, no âmbito da legislação aplicável, a gestão de fundos de pensões. O resseguro aceite não é explorado pela VICTORIA.

01.2
Prémios

O volume de prémios brutos emitidos atingiu EUR 34.820.508 (2011: EUR 33.264.426) evidenciando um aumento de 4,7% (2011: decréscimo de 9,3%). Relativamente aos contratos de investimento, a receita processada, que corresponde às entregas (prémios) efectuadas pelos tomadores de seguro, registou uma quebra de 43,9% (2011: -27,9%) situando-se em EUR 2.326.328 (2011: EUR 4.114.144).
O volume total de prémios de contratos de seguro e de entregas para contratos de investimento foi assim de EUR 37.146.836 (2011: EUR 37.413.839) registando-se assim uma quebra de 0,7% (2011: - 11,5%).

01.3
Custos com Sinistros

O volume de prémios brutos emitidos atingiu EUR 34.820.508 (2011: EUR 33.264.426) evidenciando um aumento de 4,7% (2011: decréscimo de 9,3%). Relativamente aos contratos de investimento, a receita processada, que corresponde às entregas (prémios) efectuadas pelos tomadores de seguro, registou uma quebra de 43,9% (2011: -27,9%) situando-se em EUR 2.326.328 (2011: EUR 4.114.144).
O volume total de prémios de contratos de seguro e de entregas para contratos de investimento foi assim de EUR 37.146.836 (2011: EUR 37.413.839) registando-se assim uma quebra de 0,7% (2011: - 11,5%).

01.4
Resseguro Cedido

A VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. manteve contratos de resseguro com a Munich Re, em Munique a Swiss Re, em Zurique, a John Hancock, em Boston, a General Re, a Nacional de Reaseguros, a Scor Global Life Ibérica, em Madrid, a Mapfre Re em Madrid e a Hannover Re,

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

em Hannover. Continuamos assim, simultaneamente, a privilegiar relações com resseguradores financeiramente sólidos e a proceder a uma adequada dispersão dos riscos.

01.5
Custos de exploração líquidos

A VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. manteve contratos de resseguro com a Munich Re, em Munique a Swiss Re, em Zurique, a John Hancock, em Boston, a General Re, a Nacional de Reaseguros, a Scor Global Life Ibérica, em Madrid, a Mapfre Re em Madrid e a Hannover Re, em Hannover. Continuamos assim, simultaneamente, a privilegiar relações com resseguradores financeiramente sólidos e a proceder a uma adequada dispersão dos riscos.

01.6
Investimentos

A carteira de investimentos atingiu, no final de 2012, um montante de EUR 282.489.029 (2011: EUR 291.647.814). Numa conjuntura conturbada dos mercados financeiros, os proveitos de investimentos atingiram EUR 7.929.723 (2011: EUR 8.069.951) e a reserva de reavaliação situava-se no final do ano em EUR 9.337.056 (2011: EUR 646.773).

01.7
Fundos de Pensões

O volume de activos de Fundos de Pensões sob gestão atingiu em 2012 um montante de EUR 30.383.037 (2011: EUR 27.671.665).

01.8
Margem de Solvência

A Margem de Solvência evidencia um rácio de cobertura de 2,27 (2011: 1,58).

01.9
Governo da Sociedade

Os membros do órgão de administração, uma vez que integram outros órgãos de gestão de sociedades do grupo SMABTP, não são remunerados pela sociedade. No que se refere ao órgão de fiscalização, a remuneração dos membros do Conselho fiscal consiste numa quantia fixa determinada em função da complexidade das funções desempenhadas e da situação económica da empresa. Os benefícios atribuídos aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, apresentados de forma agregada e individual, são os seguintes:

		2012
Conselho Fiscal		6.000,00
Presidente	João Lara	0
Vogal	Santigo Gil de Biedma	3.000,00
Vogal Suplente	Luis Henriques	3.000,00

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

1.10
Outras Informações

Não existem quaisquer compromissos financeiros, significativos para a apreciação da situação financeira da empresa, que não figurem no balanço.

1.11
Ligações de grupo, recursos comuns

No final de 2011, a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. passou a ser uma empresa do Grupo Segurador SMABTP com sede social em Paris, França. O Grupo SMABTP opera em todas as linhas de negócio Vida e Não Vida, e é, em conjunto com as mútuas filiadas à SGAMBPT, líder no sector de seguros de construção em França. A aquisição da VICTORIA enquadra-se na estratégia de crescimento e diversificação do Grupo SMABTP.
Em Portugal, o Grupo é representado pelo nosso accionista único VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. que detém também a totalidade do capital social da VICTORIA – Seguros, S.A. As duas empresas de seguros utilizam estruturas comuns, com uma colaboração muito estreita nas áreas administrativa e comercial. A imputação de custos a cada uma das empresas é efectuada na base de critérios objectivos, observando a natureza e o fim da despesa.

1.12
Resultado do exercício e proposta da sua aplicação

O resultado da conta técnica do seguro de vida é de EUR 485.332 (2011: EUR – 29.334). O resultado do exercício, após constituição da provisão para IRC e atribuição à Provisão para Participação nos Resultados, é de EUR 114.226 (2011: EUR 424.594). Propomos que após a dotação de EUR 11.423 à reserva legal, o remanescente de EUR 102.803 seja levado a resultados transitados.

1.13
Consolidação de resultados

As nossas contas são consolidadas na VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A.. O relatório consolidado contém informações mais detalhadas acerca da actividade das empresas do grupo. Para efeitos de consolidação no Grupo Segurador SMABTP, França são também elaboradas contas em conformidade com as Normas de Contabilidade Francesas.

1.14
Previsões para 2013

O volume total de prémios de contratos de seguro e de entregas para contratos de investimento em Janeiro de 20123 atingiu EUR 3.965.245 (2011: EUR 4.575.312).

No plano de acção 2013, identificámos as iniciativas que vão permitir a consolidação das bases lançadas em 2012.

Posicionamento da VICTORIA

Vamos definir e lançar produtos com estrutura modular,

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

começando com a comercialização conjunta de Vida, Saúde e Acidentes. Como suporte à nossa aposta no ramo Vida, vamos começar a desenvolver uma rede de mediadores estratégicos Vida. Atentos à evolução do mercado, vamos desenvolver a comercialização de Fundos de Pensões e aprofundar a nossa cooperação com a Império Assurances.

Modelo de Gestão

Vamos durante o ano analisar e repensar o nosso modelo de distribuição assim como a nossa política de marketing. Continuando a investir no desenvolvimento do VICTORIA.net vamos apostar na melhoria da qualidade de dados. O desenvolvimento e implementação de modelos de prevenção e detecção de fraude é um dos eixos principais da nossa política de gestão de risco em 2013.

Cultura organizacional

Para além do desafio que lançámos "TODOS optimizamos custos na VICTORIA" com o qual pretendemos uma organização mais eficiente, vamos prosseguir com o plano de formação assim como várias acções de gestão do potencial dos nossos recursos. Num ano em que antecipamos um agravamento de dificuldades, queremos ainda reforçar na organização as acções de Responsabilidade Social interna. Por outro lado e como referimos anteriormente mantemos como lema da organização:

Todos vendemos na VICTORIA

Para conseguir este ambicioso plano precisamos de que todos os que fazem parte do Grupo VICTORIA estejam completamente motivados pelo projecto e que lutem por ele com todas as suas forças. Finalmente, queremos agradecer aos Accionistas, ao Conselho Fiscal e a todos os Colaboradores da VICTORIA o seu apoio e empenhamento indispensável para a concretização dos nossos objectivos.

1.15
Considerações finais

Queremos agradecer aos Accionistas e aos restantes Órgãos Sociais todo o apoio prestado ao Conselho de Administração. Agradecemos igualmente a todos os Colaboradores da VICTORIA pelo seu empenhamento, indispensável para a concretização do novo projecto da VICTORIA.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2013

O Conselho de Administração

VICTORIA
Uma empresa do Grupo Segurador SMABTP

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

VICTORIA - SEGUROS DE VIDA, S.A.

RELATÓRIO & CONTAS 2012

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

BALANÇO EM 31.12.2012 E 31.12.2011

(UNIDADE: EUROS)

		EXERCICIO			
NOTAS DO ANEXO	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	VALOR BRUTO	IMPARIDADE, DEPRECIAÇÕES / AMORTIZAÇÕES OU AJUSTAMENTOS	VALOR LIQUIDO	EXERCÍCIO ANTERIOR
	ACTIVO				
1	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	7.506.397	-	7.506.397	4.496.472
	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				
3	Activos financeiros detidos para negociação			-	-
	Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	55.140.800		55.140.800	67.085.555
	Investimentos em outras participadas e participantes				
	Instrumentos de capital e unidades de participação	5.842.977		5.842.977	2.240.591
	Títulos de dívida	49.297.823		49.297.823	64.844.964
	Outros				
	Derivados de cobertura				
4	Activos disponíveis para venda	191.587.983	690.559	190.897.424	190.279.580
	Investimentos em outras participadas e participantes				
	Instrumentos de capital e unidades de participação	8.478.199	690.559	7.787.640	2.450.297
	Títulos de dívida	183.109.784		183.109.784	187.829.283
	Outros				
	Empréstimos e contas a receber	1.739.643		1.739.643	1.729.967
	Depósitos junto de empresas cedentes				
5	Outros depósitos	933.321		933.321	928.834
5	Empréstimos concedidos	806.322		806.322	801.133

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

BALANÇO EM 31.12.2012 E 31.12.2011

(CONT.) (UNIDADE: EUROS)

		EXERCICIO			
NOTAS DO ANEXO	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	VALOR BRUTO	IMPARIDADE, DEPRECIAÇÕES / AMORTIZAÇÕES OU AJUSTAMENTOS	VALOR LIQUIDO	EXERCÍCIO ANTERIOR
	Contas a receber				
	Outros				
	Investimentos a deter até à maturidade				
	Terrenos e edíficios	26.926.258	15.786	26.910.472	28.056.240
2	Terrenos e edíficios de uso próprio	1.752.350	15.786	1.736.564	1.945.848
2	Terrenos e edíficios de rendimento	25.173.908		25.173.908	26.110.392
7	Outros activos tangíveis	4.684.134	4.304.979	379.155	445.854
7	Inventários	45.571		45.571	35.693
	Goodwill				
8	Outros activos intangíveis	5.107.962	4.699.274	408.688	693.086
	Provisões técnicas de resseguro cedido	3.977	-	3.977	-
	Provisão para prémios não adquiridos				
	Provisão matemática do ramo vida			-	-
12	Provisão para sinistros	3.977		3.977	-
	Provisão para participação nos resultados				
	Provisão para compromissos de taxa				
	Provisão para estabilização de carteira				
	Outras provisões técnicas				
10	Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	884.417		884.417	945.920

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

BALANÇO EM 31.12.2012 E 31.12.2011

(CONT.) (UNIDADE: EUROS)

NOTAS DO ANEXO	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	EXERCICIO			
		VALOR BRUTO	IMPARIDADE, DEPRECIAÇÕES / AMORTIZAÇÕES OU AJUSTAMENTOS	VALOR LIQUIDO	EXERCÍCIO ANTERIOR
	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	4.889.697	384.083	4.505.614	3.296.858
9	Contas a receber por operações de seguro directo	1.775.242	162.508	1.612.734	1.345.896
9	Contas a receber por outras operações de resseguro	279.085		279.085	385.879
9	Contas a receber por outras operações	2.835.370	221.575	2.613.795	1.565.083
	Activos por impostos	17.953	-	17.953	803.549
	Activos por impostos correntes	-		-	-
11	Activos por impostos diferidos	17.953		17.953	803.549
15	Acréscimos e diferimentos	-		-	42.824
	Outros elementos do activo				
	Activos não correntes detidos para venda e uindades operacionais descontinuadas				
	TOTAL ACTIVO	**298.534.792**	**10.094.681**	**288.440.111**	**297.911.598**

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

BALANÇO EM 31.12.2012 E 31.12.2011

(UNIDADE: EUROS)

NOTAS DO ANEXO	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO ANTERIOR
	PASSIVO		
	Provisões técnicas	196.237.178	202.736.851
12	Provisão para prémios não adquiridos	794.468	897.880
12	Provisão matemática do ramo vida	177.214.981	185.688.076
12	Provisão para sinistros	7.571.636	7.103.055
12	De vida	7.571.636	7.103.055
	De acidentes de trabalho		
	De outros ramos		
12	Provisão para participação nos resultados	8.166.961	6.524.735
	Provisão para participação nos resultados a atribuir	1.941.420	18.955
	Provisão para participação nos resultados atribuída	6.225.541	6.505.780
12	Provisão para compromissos de taxa	2.489.132	2.523.105
	Provisão para desvios de sinistralidade		
	Provisão para riscos em curso		
	Outras provisões técnicas		
13	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	55.924.406	65.981.455
	Outros passivos financeiros		
	Derivados de cobertura		
	Passivos subordinados		
	Depósitos recebidos de resseguradores		
	Outros		

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

BALANÇO EM 31.12.2012 E 31.12.2011

(CONT.) (UNIDADE: EUROS)

NOTAS DO ANEXO	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO ANTERIOR
10	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	137.777	131.367
	Outros credores por operações de seguros e outras operações	3.406.977	5.285.390
14	Contas a pagar por operações de seguro directo	2.899.485	2.811.775
14	Contas a pagar por outras operações de resseguro	73.312	9.409
14	Contas a pagar por outras operações	434.180	2.464.206
	Passivos por impostos	1.981.914	153.425
11	Passivos por impostos correntes	1.981.914	153.425
11	Passivos por impostos diferidos	-	-
15	Acréscimos e diferimentos	1.536.683	989.131
28	Outras Provisões	1.085.439	952.384
	Outros elementos do passivo		
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		
	TOTAL PASSIVO	**260.310.374**	**276.230.003**
	CAPITAL PRÓPRIO		
16	Capital	8.500.000	8.500.000
	(Acções Próprias)		
	Outros instrumentos de capital		
	Reservas de reavaliação	9.337.056	646.773
16	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	9.195.812	(600.029)
16	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	141.244	1.246.802
	Por revalorização de activos intangíveis		

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

BALANÇO EM 31.12.2012 E 31.12.2011

(CONT.) (UNIDADE: EUROS)

NOTAS DO ANEXO	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO ANTERIOR
	Por revalorização de outros activos tangíveis		
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		
	De diferenças de câmbio		
	Reserva por impostos diferidos	(2.474.319)	(171.395)
17	Outras Reservas	10.547.166	10.558.149
	Resultados Transitados	2.105.608	1.723.474
	Resultado do exercício	114.226	424.594
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	**28.129.737**	**21.681.595**
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	**288.440.111**	**297.911.598**

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(UNIDADE: EUROS)

				EXERCICIO	
NOTAS DO ANEXO	CONTA DE GANHOS E PERDAS	TÉCNICO VIDA	NÃO TÉCNICA	TOTAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	31.673.992		31.673.992	30.751.776
20	Prémios brutos emitidos	34.820.508		34.820.508	33.264.425
	Prémios de resseguro cedido	(3.236.812)		(3.236.812)	(2.720.115)
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	90.296		90.296	207.466
21	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	819.246		819.246	987.916
	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(35.433.783)		(35.433.783)	(34.747.653)
	Montantes pagos	(34.969.180)		(34.969.180)	(33.667.244)
	Montantes brutos	(35.849.894)		(35.849.894)	(33.901.187)
	Parte dos resseguradores	880.714		880.714	233.943
	Provisão para sinistros (variação)	(464.603)		(464.603)	(1.080.409)
	Montantes brutos	(468.580)		(468.580)	(993.101)
	Parte dos resseguradores	3.977		3.977	(87.308)
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	33.973		33.973	(107.635)
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	9.325.725		9.325.725	10.314.406
	Montantes brutos	9.325.725		9.325.725	10.314.406
	Parte dos resseguradores			-	-
	Participação nos resultados, líquida de resseguro	(1.512.232)		(1.512.232)	(1.810.568)
	Custos e gastos de exploração líquidos	(9.273.944)		(9.273.944)	(9.137.326)

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(CONT.) (UNIDADE: EUROS)

NOTAS DO ANEXO	CONTA DE GANHOS E PERDAS	EXERCICIO TÉCNICO VIDA	EXERCICIO NÃO TÉCNICA	EXERCICIO TOTAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
	Custos de aquisição	(2.822.627)		(2.822.627)	(3.328.636)
	Custos de aquisição diferidos (variação)	(692.770)		(692.770)	(732.041)
	Gastos administrativos	(6.483.162)		(6.483.162)	(6.304.246)
	Comissão e participação nos resultados de resseguro	724.615		724.615	1.227.597
	Rendimentos	8.386.679	49.980	8.436.659	9.712.359
22	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	7.842.749	49.980	7.892.729	8.375.541
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				
22	Outros	543.930		543.930	1.336.818
	Gastos financeiros	(298.795)	(1.771)	(300.566)	(486.962)
23	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas			-	-
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				
23	Outros	(298.795)	(1.771)	(300.566)	(486.962)
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	(148.161)	22.005	(126.156)	41.125
24	De activos disponíveis para venda	(148.161)	81.410	(66.751)	41.125
	De empréstimos e contas a receber				
	De investimentos a deter até à maturidade				

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(CONT.) (UNIDADE: EUROS)

NOTAS DO ANEXO	CONTA DE GANHOS E PERDAS	EXERCICIO TÉCNICO VIDA	EXERCICIO NÃO TÉCNICA	EXERCICIO TOTAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado				
	De outros		(59.405)	(59.405)	
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	(2.799.989)	-	(2.799.989)	(3.651.414)
25	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação			-	243.665
25	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(2.799.989)		(2.799.989)	(3.895.079)
	Diferenças de câmbio				
	Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				
	Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(399.630)	-	(399.630)	(1.611.818)
26	De activos disponíveis para venda	(399.630)		(399.630)	(1.611.818)
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado				
	De investimentos a deter até à maturidade				
	De outros				
27	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	112.250		112.250	24.312
28	Outras provisões (variação)		(133.055)	(133.055)	122.434

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(CONT.) (UNIDADE: EUROS)

NOTAS DO ANEXO	CONTA DE GANHOS E PERDAS	EXERCICIO			
		TÉCNICO VIDA	NÃO TÉCNICA	TOTAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
29	Outros rendimentos/gastos		19.880	19.880	199.022
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas				
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial				
	Ganhos e perdas de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda				
	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DO IMPOSTO	**485.331**	**(42.961)**	**442.370**	**599.974**
11	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes			(160.933)	(196.407)
11	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos			(167.211)	21.027
	RESULTADO LÍQUIDO DO IMPOSTO	**485.331**	**(42.961)**	**114.226**	**424.594**

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(UNIDADE: EUROS)

	2012	2011
Resultado líquido do exercício	114.226	424.594
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponiveis para venda	-	-
Por via de valorizações/desvalorizações	10.439.613	(105.797)
Por via de alienações	1.243.713	(572.348)
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edificios de uso próprio	(1.070.577)	-
Participação nos Resultados a atribuir ("shadow")	(1.922.466)	196.641
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	(2.302.924)	127.599
Ganhos e perdas actuariais reconhecidas	(53.443)	159.199
Impostos diferidos e correntes decorrentes dos ganhos e perdas actuariais	-	-
TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL	**6.448.142**	**229.888**

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(UNIDADE: EUROS)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO ANTERIOR
1. FLUXO DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos:	265.954.899	406.218.089
Clientes (prémios recebidos)	33.801.506	42.808.523
Venda/amortização de activos financeiros (Inv)	223.370.356	357.146.919
Juros e dividendos (Inv)	8.783.037	61.094
Recebimentos de taxas e impostos		
Regularização c/c Seguradoras		6.201.553
Pagamentos:	(263.028.640)	(414.041.576)
Clientes (sinistros & estornos)	45.044.303	53.858.106
Comissões	767.583	904.126
Resseguradores	201.254	81.339
Outros prestadores	2.366.480	(1.570.021)
Fornecedores diversos	3.289.125	4.372.600
Pagamentos a colabores	2.244.479	1.593.628
Compra de activos financeiros (Inv)	203.222.720	342.288.949
Pagamento de taxas e impostos	2.809.530	3.593.388
Despesas de Viagem	174.738	100.532
Fundo Fixo Caixa	8.428	5.499
Regularização c/c Seguradoras	2.900.000	8.813.430
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.926.259	(7.823.487)
2. FLUXO DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos:	-	-
Investimentos Financeiros (reembolso de Emp. Conc.)	-	-

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(CONT.) (UNIDADE: EUROS)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO ANTERIOR
Imobilizações corpóreas (alienação)	-	-
Imobilizações incorpóreas (alienação)	-	-
Juros de Emp. Conc.	-	-
Dividendos de participações	-	-
Pagamentos:	83.666	(337.331)
Investimentos Financeiros (Const. Emp. concedidos)		
Imobilizações corpóreas (aquisição)	83.666	54.976
Imobilizações incorpóreas (aquisição)		282.355
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**83.666**	**(337.331)**
3. FLUXO DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos:		
Empréstimos Obtidos (Pela constituição)	-	-
Aumentos de Capital	-	-
Doações	-	-
Pagamentos:		
Empréstimos Obtidos (Juros € reembolsos)	-	-
Amort. De contratos de locação financeira	-	-
Dividendos	-	-
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**-**	**-**
4 = (1 + 2 + 3) TOTAL FLUXO DE CAIXA	**3.009.925**	**(8.160.818)**
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INICIO DO PERÍODO	**4.496.472**	**12.657.290**
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FINAL DO PERÍODO	**7.506.397**	**4.496.472**

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31.12.2012 E 31.12.2011

(UNIDADE: EUROS)

		RESERVAS DE REAVALIAÇÃO			OUTRAS RESERVAS					
DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO	CAPITAL SOCIAL	POR AJUST. NO JUSTO VALOR DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDAS	POR REVALOR. DE TERRENOS E EDIFÍCIOS DE USO PRÓPRIO	RESERVA POR IMPOSTOS DIFERIDOS	RESERVA LEGAL	PRÉMIOS DE EMISSÃO	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO	TOTAL
Balanço a 31 de Dezembro de 2010	**8.500.000**	**80.057**	**1.048.220**	**(298.993)**	**2.090.117**	**2.500.000**	**6.390.931**	**-**	**1.141.377**	**21.451.709**
Correcções de erros (IAS 8)										
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)										-
Balanço de abertura alterado	**8.500.000**	**80.057**	**1.048.220**	**(298.993)**	**2.090.117**	**2.500.000**	**6.390.931**	**-**	**1.141.377**	**21.451.709**
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponiveis para venda		(678.145)		180.222						(497.923)
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edíficios de uso próprio				(52.624)						(52.624)
Participação nos resultados a atribuir ("shadow")		(1.941)	198.582							196.641
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos										-
Aumento de reservas por aplicação de resultados					114.138					114.138
Distribuição de reservas										-
Distribuição de lucros/prejuízos								1.027.239	(1.141.377)	(114.138)
Outros ganhos/perdas reconhecidas directamente no capital próprio							(537.037)	696.235		159.198
Total das variações do capital próprio	**-**	**(680.086)**	**198.582**	**127.598**	**114.138**	**-**	**(537.037)**	**1.723.474**	**(1.141.377)**	**(194.708)**
Resultado líquido do período									424.594	424.594
Distribuição antecipada de lucros										
Balanço a 31 de Dezembro 2011	**8.500.000**	**(600.029)**	**1.246.802**	**(171.395)**	**2.204.255**	**2.500.000**	**5.853.894**	**1.723.474**	**424.594**	**21.681.595**

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31.12.2012 E 31.12.2011

(Cont.) (UNIDADE: EUROS)

		RESERVAS DE REAVALIAÇÃO			OUTRAS RESERVAS					
DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO	CAPITAL SOCIAL	POR AJUST. NO JUSTO VALOR DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDAS	POR REVALOR. DE TERRENOS E EDIFÍCIOS DE USO PRÓPRIO	RESERVA POR IMPOSTOS DIFERIDOS	RESERVA LEGAL	PRÉMIOS DE EMISSÃO	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO	TOTAL
Correcções de erros (IAS 8)										
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)										-
Balanço de abertura alterado	**8.500.000**	**(600.029)**	**1.246.802**	**(171.395)**	**2.204.255**	**2.500.000**	**5.853.894**	**1.723.474**	**424.594**	**21.681.595**
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		11.683.326								11.683.326
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			(1.070.577)							(1.070.577)
Participação nos resultados a atribuir ("shadow")		(1.887.485)	(34.981)							(1.922.466)
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				(2.302.924)						(2.302.924)
Aumento de reservas por aplicação de resultados					42.460					42.460
Distribuição de reservas										-
Distribuição de lucros/prejuízos								382.134	(424.594)	(42.460)
Outros ganhos/perdas reconhecidas directamente no capital próprio							(53.443)			(53.443)
Total das variações do capital próprio	**-**	**9.795.841**	**(1.105.558)**	**(2.302.924)**	**42.460**	**-**	**(53.443)**	**382.134**	**(424.594)**	**6.333.916**
Resultado líquido do período									114.226	114.226
Distribuição antecipada de lucros										
Balanço a 31 de Dezembro 2012	**8.500.000**	**9.195.812**	**141.244**	**(2.474.319)**	**2.246.715**	**2.500.000**	**5.800.451**	**2.105.608**	**114.226**	**28.129.737**

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO
II. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS
III. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS
IV. GESTÃO DE RISCOS
V. NOTAS AO BALANÇO
- NOTA 1 - Caixa e equivalentes e depósitos à ordem
- NOTA 2 - Terrenos e Edifícios
- NOTA 3 – Activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas
- NOTA 4 – Activos disponíveis para venda
- NOTA 5 – Empréstimos e contas a receber
- NOTA 6 – Afectação dos Investimentos
- NOTA 7 – Outros activos tangíveis e Inventários
- NOTA 8 – Outros activos intangíveis
- NOTA 9 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações
- NOTA 10 – Activos e Passivos por Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo
- NOTA 11 – Activos e Passivos por impostos
- NOTA 12 – Provisões Técnicas
- NOTA 13 – Passivos Financeiros de contratos de investimento
- NOTA 14 – Outros credores por operações de seguros e outras operações
- NOTA 15 – Acréscimos e Diferimentos
- NOTA 16 – Capital Próprio
- NOTA 17 – Reserva Legal
- NOTA 18 – Transacções entre partes relacionadas
- NOTA 19 – Elementos extra patrimoniais

VI. NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS
- NOTA 20 – Prémios de contratos de seguro
- NOTA 21 – Comissões recebidas de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento
- NOTA 22 – Rendimentos / réditos de investimentos
- NOTA 23 – Gastos Financeiros
- NOTA 24 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por Reservas
- NOTA 25 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por resultados
- NOTA 26 – Perdas de Imparidades
- NOTA 27 – Outros rendimentos/gastos técnicos
- NOTA 28 – Outras Provisões
- NOTA 29 – Outros rendimentos/gastos
- NOTA 30 – Gastos diversos por função

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

VII. EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DE ENCERRAMENTO

VIII. JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

IX. NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

X. INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

I – INTRODUÇÃO

O Ramo Vida é explorado pela VICTORIA desde 1930, altura em que foi criada em Portugal a agência geral da VICTORIA - Sociedade Anónima de Seguros de Vida. Em 1992, e resultante da transformação da agência geral em sociedade de direito português, surge a actual VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. Com sede social no Edifício VICTORIA, Av. da Liberdade, 200, em Lisboa, está representada no país através de 22 delegações.

II - INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Relato por segmentos operacionais

O relato por segmentos operacionais, foi definido tendo em consideração a desagregação existente, por aplicação da IFRS 4 e da IAS 39, para os produtos comercializados pela Companhia. Assim, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, temos:

(UNIDADE: EUROS)

	2012			2011		
RELATÓRIO POR SEGMENTOS	CONTRATO SEGUROS	CONTRATO INVESTIMENTOS	GESTÃO DE FUNDOS DE PENSÕES	CONTRATO SEGUROS	CONTRATO INVESTIMENTOS	GESTÃO DE FUNDOS DE PENSÕES
Prémios brutos emitidos	34.820.508			33.264.426	-	-
Prémios de resseguro cedido	(3.236.812)			(2.720.115)	-	-
Prémios brutos adquiridos	34.910.804			33.471.891	-	-
Comissões cobradas de contratos	-	819.246	171.051	-	987.916	159.085
Resultados dos investimentos	7.540.093	(2.799.989)		6.590.646	(2.895.209)	-
Custos com sinistros brutos	(36.318.474)	-		(34.894.289)	-	-
Custos de exploração brutos	(8.584.393)	(534.877)	(879.289)	(8.844.478)	(624.698)	(895.747)
Resultado técnico	3.306.571	(1.992.506)	(828.734)	3.369.630	(2.464.254)	(934.710)
Activos afectos à representação das provisões técnicas	226.402.944	55.924.406		216.441.162	65.981.455	-
Provisões técnicas	196.237.178	55.924.406		202.736.851	65.981.455	-

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

III – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Bases de apresentação

No âmbito do disposto da Norma Regulamentar nº 4/07, as demonstrações financeiras são preparadas de acordo com um novo regime (Novo Plano de Contas para Empresas de Seguros ("PCES 07")), com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar n. 20/2007 – R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar n. 22/2010 – R de 16 de Dezembro, onde são de aplicação obrigatória as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") adoptadas no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, com excepção do IFRS 4 em que apenas são adoptados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros. A Norma Internacional de Relato Financeiro (IFRS) 4, que tendo um carácter provisório não apresenta um regime estável para questões tão importantes como a avaliação dos passivos associados a esses contratos.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e as interpretações emitidas pelo Internacional Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC"), e pelos respectivos órgãos antecessores, tal como adoptadas pela União Europeia.

Em 2012 a Companhia adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de Janeiro de 2012. Essas normas apresentam-se discriminadas no ponto VIII.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras agora apresentadas reflectem os resultados das suas operações para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em euros, arredondados à unidade. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos financeiros disponíveis para venda e das propriedades de investimento, que se encontram ao justo valor e dos imóveis de uso próprio que se encontram ao custo revalorizado. Os restantes activos e passivos financeiros, bem como activos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

As Demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 27 de Fevereiro de 2013.

Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na actividade da Companhia, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de Janeiro de 2012 e que a Companhia não adoptou antecipadamente são apresentadas na secção IX. Estas Normas serão adoptadas a partir da data do endosso pela UE.

Princípios contabilísticos e critérios valorimétricos

Classificação dos Contratos de Seguros

Relativamente à IFRS 4, apenas são adoptados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando a aplicar-se ao reconhecimento e mensuração dos passivos resultantes desses contratos as regras e princípios anteriormente já estabelecidos na legislação e nas normas do ISP. Como estabelecido nas referidas normas, a classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros é aplicável apenas ao plano contabilístico, não resultando nenhuma alteração ao nível contratual, parafiscal, prudencial ou quaisquer outros.

De acordo com o estipulado pela IFRS 4, apenas deverão ser considerados contabilisticamente como contratos de seguros, os contratos em que se verifique a existência, em simultâneo, da incerteza quanto ao acontecimento seguro e a transferência significativa do risco seguro. Os contratos de seguros que revestem a natureza de produtos financeiros são considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento. Desta forma, todos os movimentos de entradas e saídas, são registados na rubrica Passivos Financeiros e aplicam-se as regras da IAS 32, IAS 39 e IFRS 7.

Para os contratos de seguros enquadrados pela IFRS 4, e uma vez que os prémios de seguro directo são reconhecidos como proveitos na data da emissão ou renovação da respectiva apólice e os sinistros são registados aquando da participação, a Empresa realiza no final de cada exercício determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como segue:

(i) Provisão matemática

As provisões matemáticas referentes ao Ramo Vida têm como objectivo registar o valor actuarial das responsabilidades futuras da Empresa, após dedução do valor actuarial dos prémios futuros relativamente à apólices emitidas, e são calculadas com base em métodos actuariais enquadrados no normativo do Instituto de Seguros de Portugal. As provisões matemáticas são zillmerizadas.

Adicionalmente, são efectuados a cada data de reporte, testes à adequação das responsabilidades, descontando a projecção dos cashflows futuros associados aos contratos. Qualquer deficiência determinada é registada por contrapartida de resultados.

(ii) Provisão para prémios não adquiridos

De acordo com o disposto no decreto-lei 94-B/98, de 17 de Abril, com a redacção que lhe foi dada pelo decreto-lei 8-A/2002, de 11 de Janeiro, são constituídas provisões para prémios não adquiridos para os seguros temporários

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

anuais renováveis. A provisão para prémios não adquiridos corresponde à parte dos prémios brutos emitidos relativamente a cada um dos contratos de seguro temporário anual renovável em vigor, a imputar a um ou a vários exercícios seguintes. O montante desta provisão é calculado mediante a aplicação do método "pro-rata temporis" por cada contrato em vigor.

(iii) Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados ou já regularizados mas ainda não liquidados no final do exercício. Esta provisão foi determinada como se segue:

- a partir da análise dos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data; e
- pela provisão genérica de 6% do valor dos custos com sinistros do exercício, exceptuando vencimentos, resgates e as importâncias provenientes de contratos de rendas vitalícias, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros declarados após o fecho do exercício (IBNR).

(iv) Provisão para Participação nos Resultados

A provisão para participação nos resultados é relativa aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros ou aos beneficiários dos contratos sob a forma de participação nos resultados desde que tais montantes não tenham sido já distribuídos pela inclusão nas Provisões Matemáticas.

(vi) Provisão para participação nos resultados a atribuir (Shadow accounting)

De acordo com o estabelecido no Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES 07"), os ganhos e perdas não realizados dos activos financeiros afectos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

(vii) Comissões de mediação

As comissões de mediação são a remuneração contratualmente atribuída aos mediadores pela angariação de contratos de seguro e são registadas como custos no momento da emissão dos respectivos recibos de prémios.

Terrenos e edifícios

No que respeita aos investimentos em terrenos e edifícios, e são considerados terrenos e edifícios de uso próprio todas as propriedades que se encontram afectas ao serviço da empresa em parte superior a 5%.

Por aplicação da IAS 16, os imóveis encontram-se valorizados através do modelo de revalorização, existindo avaliações periódicas efectuadas por um avaliador independente, e por períodos entre os três e os cinco anos, de acordo com os métodos reconhecidos pelo Instituto de Seguros de Portugal.

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Reservas de reavaliação se positivas, e em Resultados se negativas ou se esgotada a Reserva de Reavaliação. As taxas de amortização são determinadas pelo número de anos de vida útil atribuída a cada imóvel.

Sempre que a taxa de ocupação de um imóvel, por serviços da empresa, seja inferior aos 5%, os imóveis são considerados propriedades de investimento, com aplicação da IAS 40. Pelo facto dos imóveis se encontrarem a representar provisões técnicas, a mensuração adoptada é o modelo do justo valor de mercado. As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Resultados.

Os factores que influenciam o reconhecimento de imparidades nos terrenos e edifícios, de acordo com a IAS 36, devem-se principalmente ao declínio significativo nos valores de mercado imobiliário, bem como a danos provocados de forma anormal no imóvel. Tais factores, a acontecerem, e pelo facto dos imóveis se encontrarem valorizados pelo modelo de revalorização, serão objecto de avaliação independente, não existindo por esse facto, lugar ao reconhecimento de imparidades.

Activos financeiros

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. classifica os seus activos financeiros no reconhecimento inicial considerando a intenção que lhes está subjacente de acordo com as seguintes categorias:

Activos financeiros disponíveis para venda. Esta categoria inclui:

- Activos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
- Activos que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Activos que não se enquadrem nas categorias restantes.

Activos financeiros ao justo valor através dos resultados. Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo ou que são instrumentos derivados, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Esta categoria inclui os investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro uma vez que os passivos associados se encontram também ao justo valor através de resultados.

Empréstimos concedidos e contas a receber. São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado activo, que não sejam activos adquiridos com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou não classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados no seu reconhecimento inicial. Esta categoria inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro directo, resseguro cedido e transacções relacionadas com contratos de seguro e outras transacções.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de activos financeiros são

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

reconhecidos na data da negociação ("trade date"), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa; quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; quando a Companhia tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("bid-price"). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (1) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (2) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (Amendements to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de activos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para activos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses activos financeiros obedeçam às características de cada categoria. As

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

transferências de activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Empréstimos e contas a receber e Activos a deter até à maturidade são também permitidas.

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. não procedeu à reclassificação de quaisquer activos.

Imparidade

A avaliação e o cálculo da imparidade nos activos disponíveis para venda, segue os seguintes procedimentos:

Títulos de rendimento variável

A imparidade é um processo irreversível. A partir do momento que uma imparidade é contabilizada no activo, não deve ser revertida:

I - Acções e Fundos de Investimento cujo Preço de Mercado está mais de 20% abaixo do custo histórico devem ser considerados para imparidade;

II - Acções e Fundos de Investimento, cujo Preço de Mercado está abaixo do Custo histórico por um período superior a 6 meses, devem ser considerados para imparidade;

Títulos de rendimento fixo

I - Determinação dos activos potencialmente sujeitos a Imparidade:

a) Obrigações cujo Valor de Mercado é pelo menos 20% inferior ao Custo Amortizado;

b) Obrigações cujo Valor de Mercado é inferior a 70% do seu Valor Nominal;

II - Análise casuística de cada uma das obrigações que cumprem algum dos critérios anteriores, procurando determinar se existe evidência objectiva de imparidade. De acordo com a IAS 39.59 a evidência objectiva pode ser descrita como:

a) Significativa dificuldade financeira do Emitente
b) Quebra de Contrato, tal como Moratória ou não pagamento de juros ou Capital
c) Concessão de determinadas facilidades ao Emitente por uma Entidade Credora, explicável apenas pela complicada situação financeira do Emitente
d) Probabilidade de que o Emitente vai declarar falência ou outro tipo de reestruturação financeira
e) Desaparecimento de um mercado activo para esse título, em virtude de dificuldades financeiras
f) Outros factores

Ajustamento de recibos por cobrar

O ajustamento de recibos por cobrar tem por objectivo adequar o montante dos prémios em cobrança para o seu valor estimado de realização. As alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº122/2005 e pelo Decreto-lei nº199/2005, na sua generalidade, vêm estipular que o contrato de seguro só produz efeitos com o pagamento do prémio ou fracção por parte do tomador de seguro. Significa isto que, prémio que não tenha sido cobrado deverá ser anulado. Nesse sentido, a Norma nº16/2006-R vem, e no cumprimento da referida legislação, clarificar o método de cálculo do referido

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

ajustamento.

Assim, e pelo facto de existirem diversas formas de pagamentos de prémios em que alguns podem ainda se encontrar por cobrar, torna-se necessário proceder a um ajustamento que traduza de alguma forma, a incobrabilidade dos mesmos. Deste modo, cada empresa deverá apurar um coeficiente de acordo com a sua própria experiência.

Activos Intangíveis

Os activos intangíveis são valorizados ao custo de aquisição. As amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens e que se situa nos 3 anos.

Activos Tangíveis

Os activos tangíveis são contabilizados ao respectivo custo histórico de aquisição. As suas amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais que reflectem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

- Equipamento administrativo 12,5%
- Máquinas e ferramentas 12,5% a 25%
- Equipamento informático 25% e 33%
- Instalações interiores 10% a 16,66%

A avaliação efectuada para determinação da existência de imparidade nos activos tangíveis e intangíveis é efectuada tendo por base indicadores internos que avaliam os níveis de obsolescência ou danos físicos e/ou a expectativa de declínio na performance do activo. Dependendo dos casos, o procedimento adoptado reveste-se de duas formas, ou a vida útil do bem é ajustada ou o bem é abatido, pelo que não haverá lugar a registo de imparidade.

Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Esta rubrica engloba os valores registados no balanço cuja maturidade é inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento, empréstimos, credores por operações de seguro directo e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (1) inicialmente pelo

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (2) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio na data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

Benefícios aos empregados

Em 23 de Dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Colectivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos. De salientar as seguintes alterações decorrentes do novo Contrato Colectivo de Trabalho: (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no activo admitidos até 22 de Junho de 1995 deixam de ser abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal pago em 2012 e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no activo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respectivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade ("settlement").

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma foram calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados.

Plano de contribuição definida

Com a alteração do CCT, o plano de contribuição definida existente, foi objecto de revisão tendo em vista a uniformização de benefícios e procedimentos.

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Desta forma, o plano de contribuição definida passou a integrar as anteriores modalidades, em que:

- Para os colaboradores no activo admitidos na actividade seguradora após 22 de Junho de 1995 e participantes do Fundo de Pensões em vigor até 31.03.2012, o valor constituído na sua conta individual foi afecto ao respectivo plano individual de reforma.
- Para os colaboradores dos Associados na situação de activos, admitidos na actividade seguradora até 22 de Junho de 1995, o valor das responsabilidades por serviços passados financiado pelo Plano de Benefício Definido, foi convertido para um Plano Individual de Reforma, à data de 31.12.2011 de acordo com o método e pressupostos utilizados na avaliação actuarial de 28 de Fevereiro de 2012 e aditamento de 08 de Junho de 2012.

Plano de benefício definido

Com a alteração do CCT, o plano de benefício definido passou a garantir:

- pagamento de pensões a todos os beneficiários que, á data da alteração do plano, se encontravam a receber uma pensão paga pelo fundo;
- actualização de pensões atribuídas a colaboradores que passaram à situação de reforma por velhice ou invalidez no âmbito do plano de benefício definido anterior.

Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego. Os desvios actuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros resultam do imposto corrente e do imposto diferido. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que serão também registados por contrapartida em capitais próprios.

Os impostos correntes são apurados de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos activos são

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

Provisões

São reconhecidas provisões quando (1) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (2) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (3) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis. As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de activos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas. O cálculo do custo amortizado é efectuado utilizando o método da taxa efectiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento.
A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

Dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

Locações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras - como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Estimativas e Julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda

Títulos de rendimento variável

A imparidade é um processo irreversível. A partir do momento que uma imparidade é contabilizada no activo, deve ser sempre contabilizada daí em diante.
I - Acções e Fundos de Acções cujo Preço de Mercado está mais de 20% abaixo do custo histórico devem ser

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

considerados para imparidade;

II - Acções e Fundos de Acções, cujo Preço de Mercado está abaixo do Custo histórico por um período superior a 6 meses, devem ser considerados para imparidade;

Títulos de rendimento fixo

I - Determinação dos activos potencialmente sujeitos a Imparidade:

a) Obrigações cujo Valor de Mercado é pelo menos 20% inferior ao Custo Amortizado;
b)Obrigações cujo Valor de Mercado é inferior a 70% do seu Valor Nominal;

II - Análise casuística de cada uma das obrigações que cumprem algum dos critérios anteriores, procurando determinar se existe evidência objectiva de imparidade. De acordo com a IAS 39.59 a evidência objectiva pode ser descrita como:

a) Significativa dificuldade financeira do Emitente
b) Quebra de Contrato, tal como Moratória ou não pagamento de juros ou Capital
c) Concessão de determinadas facilidades ao Emitente por uma Entidade Credora, explicável apenas pela complicada situação financeira do Emitente
d) Probabilidade de que o Emitente vai declarar falência ou outro tipo de reestruturação financeira
e) Desaparecimento de um mercado activo para esse título, em virtude de dificuldades financeiras
f) Outros factores

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

Impostos sobre os lucros

A Companhia encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Companhia, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração VICTORIA, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Provisões técnicas

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem a provisão matemática, provisão para participação nos resultados, a provisão para prémios não adquiridos, o teste de adequação das responsabilidades e a provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias actuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respectivas. As provisões são revistas periodicamente por actuários qualificados.

As provisões não representam um cálculo exacto do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação actuariais. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

IV – GESTÃO DE RISCOS

1. Risco Estratégico

O risco estratégico é baseado no risco de perdas por decisões e objectivos estratégicos inadequados.
A nível estratégico a VICTORIA tem delineado os objectivos estratégicos globais a três anos (2012-2014), bem como anualmente define o plano de acções estratégicas a desenvolver e implementar durante o ano, bem como o orçamento anual. A estratégia é delineada tendo em conta a realidade da Companhia, o apetite ao risco da mesma e respectiva capacidade de o assumir de forma sustentável, bem como a envolvente do mercado segurador e financeiro. As acções estratégicas e o orçamento são apresentados anualmente no encontro de anual de colaboradores, assegurando que todos sabem os objectivos da empresa. Por outro lado existe um acompanhamento mensal da evolução das acções e orçamento, que é analisado mensalmente na reunião de Direcção, permitindo assim analisar possíveis desvios e impactos face ao inicialmente previsto.

2. Risco Reputacional

O Risco Reputacional corresponde ao risco de perdas originadas pelo declínio de imagem. Alguns indicadores analisados de forma a medir e mitigar este risco têm sido:

- Relatório trimestral da evolução das reclamações, por tipologia, rácio de razão dos clientes, bem como rapidez de resposta;

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Análise e acompanhamento das campanhas efectuadas, a nível de mediação e clientes, pela Direcção de Marketing e respectiva área Técnica, tendo em conta os objectivos inicialmente previstos versus os atingidos.

3. Risco específico de Seguros

O risco específico de Seguros pode resultar em perdas inesperadas, que se tornarão evidentes através da insuficiência dos prémios e/ou das provisões constituídas para fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos e/ou a assumir.

Estas perdas podem resultar de diversos factores:

- Deficiências nos processos de subscrição, de desenho e tarifação de produtos, de provisionamento e de gestão de sinistros;
- De alterações nos riscos mais significativos como o risco biométrico (que inclui o risco de mortalidade, de longevidade e o risco de morbilidade), o risco de taxa de juro, o risco de descontinuidade, o risco de despesas e o risco de catástrofe.

Políticas de subscrição

As políticas de subscrição estão enquadradas dentro das directrizes globais de gestão da Companhia, nomeadamente em matéria de gestão do risco segurável sendo revistas de acordo com a procura de mercado dentro dos necessários critérios de prudência técnica.
A aceitação de riscos no Ramo Vida é efectuada pelo Departamento Técnico Vida com base no Manual de Subscrição. As normas de aceitação foram revistas em 2010 e dependem essencialmente dos factores idade das possíveis pessoas seguras e capitais a segurar. Estas normas têm em conta a experiência da VICTORIA Vida e estão de acordo com as indicações dos resseguradores.
A VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. dispõe para a avaliação de riscos médicos de um Gabinete Médico, sendo a aceitação clinica e correspondente tarifação efectuada em conjunto por este e pela Direcção Técnica.

Tarifação

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. procura adequar os prémios praticados ao risco segurável de forma a obter uma rentabilidade positiva e de encontro com a expectável.
Entre os vários factores influenciadores do preço destacam-se os custos estimados com sinistros e o timing em que os mesmos ocorrem, custos associados à sua comercialização, evolução do mercado de capitais, requisitos para cumprimento da margem de solvência, rentabilidade dos produtos e condições de oferta do mercado segurador para produtos equivalentes.

Provisionamento

As provisões técnicas são calculadas de acordo com os pressupostos contratualmente definidos para cálculo dos prémios, excepto no caso de algumas carteiras de Rendas Vitalícias. A adequação destas provisões às responsabilidades assumidas é revista numa base anual, através da realização de um teste de adequação das responsabilidades (Loss Adequacy Test - LAT). Este teste é efectuado com os cash-

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

flows (prémios, custos com sinistros e despesas) utilizados na avaliação das provisões técnicas a valores económicos e descontados com a curva de taxas de juro ajustadas à composição dos títulos da carteira global de activos. A implementação de acções correctivas em resultado deste teste é imediatamente reconhecida e registada.

Resseguro

Numa óptica de redução da exposição ao risco, a VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. possui uma política de resseguro clara e rigorosa, que lhe permite a cedência de parte dos riscos por si assumidos para outras resseguradoras.

As principais resseguradoras da VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. (Scor Global Life e Munich Re) apresentam ratings atribuídos pela S&P de A+ e AA-. Como membro do International Group Program (IGP), a VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. mantém um acordo de resseguro com a seguradora John Hancock (gestor do IGP).

O resseguro existente na Companhia tem por base os tratados de resseguro resumidos no quadro seguinte:

RAMO	TIPO DE RESSEGURURO	RETENÇÃO	LIMITE DE COBERTURA
Vida Individual	Surplus	100	1.100
Vida Grupo	Surplus	150	1.500
Vida Individual/Grupo (catástrofe)	Excess of Loss	300	8.100

(VALORES EM MILHARES DE EUROS)

No quadro abaixo, encontram-se os prémios de seguro directo e de resseguro:

	PRÉMIOS 2012			PRÉMIOS 2011		
RAMO	SEGURO DIRECTO	RESSEGURO CEDIDO	TOTAL LIQUIDO RESSEGURO	SEGURO DIRECTO	RESSEGURO CEDIDO	TOTAL LIQUIDO RESSEGURO
Vida Individual	24.359	270	24.089	21.667	215	21.452
Vida Grupo	10.461	2.967	7.494	11.597	2.505	9.092
Total	**34.820**	**3.237**	**31.583**	**33.264**	**2.720**	**30.544**

(VALORES EM MILHARES DE EUROS)

OBS.: ESTES VALORES NÃO INCLUEM CONTRATOS DE INVESTIMENTO CLASSIFICADOS DE ACORDO COM O NOVO PLANODE CONTAS DAS EMPRESAS DE SEGUROS.

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Riscos Biométricos

O risco de longevidade decorre da incerteza quanto ao impacto nos valores da seguradora de um aumento na esperança de vida dos segurados, sendo este impacto mais relevante em seguros de rendas vitalícias.

O risco de mortalidade está ligado a um aumento da taxa de mortalidade e tem impacto em seguros que garantem um capital em caso de morte.

O risco de invalidez está associado aos custos com sinistros provenientes das coberturas de invalidez.

Estes riscos têm comportamentos opostos pelo que o grau de exposição está dependente do tipo de contratos que constituem a carteira da VICTORIA-Seguros de Vida, S.A..

PRODUTOS	CARACTERISTICAS	RISCOS
Seguros de Risco	Beneficio em caso de morte Sem possibilidade de ajustamento do prémio	Aumento da Mortalidade Crescimento dos custos com sinistros
Mistos	Beneficio em caso de morte Beneficio em caso de vida Sem possibilidade de ajustamento do prémio	Aumento da Mortalidade Crescimento dos custos com sinistros
Rendas	Beneficio em caso de vida	Aumento da longevidade Aumento da duração dos pagamentos
Invalidez	Beneficio em caso de invalidez	Aumento das taxas de invalidez Crescimento dos custos com sinistros

A carteira de Vida, essencialmente composta por seguros mistos e seguros de risco com uma forte componente de seguros complementares de invalidez, está por este motivo mais exposta aos riscos de mortalidade e de invalidez.

A avaliação da exposição da VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. aos riscos biométricos é efectuada através da utilização de pressupostos de mortalidade baseados nas melhores estimativas decorrentes da análise histórica da carteira da Companhia e de dados de mercado. Este acompanhamento é efectuado com periodicidade anual.

Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro está relacionado com a sensibilidade dos activos e passivos a alterações da estrutura a prazo das

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

taxas de juro. Consiste, por um lado, no risco proveniente de alterações na taxa de juro, com impacto no desconto das provisões para benefícios futuros, e por outro lado, no risco da taxa de juro garantida, associado ao retorno dos activos relativamente aos compromissos de taxa de juro dos contratos.

Para monitorizar este risco, a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. efectua com uma periodicidade anual o teste de adequação das responsabilidades (Loss Adequacy Test – LAT). Para além desta provisão é também constituída uma provisão para garantia de resgate.

O quadro seguinte apresenta o valor da provisão para garantia de resgate e compromisso de taxa:

PRODUTOS	PROVISÃO ADICIONAL 2012	PROVISÃO ADICIONAL 2011
Mistos Individual	823	439
Temporários Individual	-	-
Mistos Grupo	108	184
Temporário Anual Renovável	-	-
Rendas	-	-
Financeiros	5.593	5.698
Total	6.524	6.321

(VALORES EM MILHARES DE EUROS)

O valor apurado foi contabilizado em provisão adicional para garantia de resgate (Euros 4.034.751) e em provisão para compromisso de taxa (Euros 2.489.132). Relativamente ao ano anterior verificou-se uma diminuição de Euros 33.973 na provisão para compromisso de taxa e a provisão adicional para garantia de resgate registou um aumento de Euros 236.226.
A variação mais significativa nos produtos mistos individual na provisão para compromisso de taxa deve-se às alterações na estrutura das taxas de desconto utilizadas.

Risco de Descontinuidade

O risco de descontinuidade é o risco inerente à cessação do pagamento de prémios, à resolução das apólices ou à transferência de apólices para outras seguradoras. A taxa de descontinuidade é monitorizada regularmente, pela Direcção Técnica Vida e pela área de Gestão de Riscos, de forma a acompanhar o impacto no valor das carteiras, com um acompanhamento mensal da taxa de anulação para os produtos de risco.

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Risco de Despesas

O risco de despesas encontra-se relacionado com o possível impacto da variação das despesas nos custos da Companhia. As despesas de exploração, possuem um peso bastante significativo no resultado de uma seguradora. Desta forma a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. possui uma estrutura de custos perfeitamente identificada a qual é tida em conta no *pricing* e provisionamento dos produtos.

Risco Catastrófico

O risco catastrófico está associado a eventos extremos, ou seja, eventos de baixa frequência e grande severidade. Tendo em conta a natureza dos contratos de seguro do ramo vida, a principal fonte de exposição a este risco advêm de aumentos abruptos na mortalidade. Através da celebração de tratados de resseguro, a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. limita a sua exposição a este risco.

Medidas para mitigação do Risco específico de Seguros

A mitigação dos riscos biométricos é efectuada através de uma adequada tarifação e da aplicação de uma cuidadosa e rigorosa política de subscrição. O acompanhamento anual dos desvios ocorridos entre os montantes efectivamente pagos em caso de morte ou em caso de vida para seguros de rendas e os valores esperados, permite efectuar uma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas no cálculo dos prémios e das provisões. A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. utiliza também o resseguro como forma de mitigação do risco de mortalidade através da celebração de tratados de protecção de retenção.

4. Risco de Investimento

Na sequência da aquisição do grupo VICTORIA em Portugal pelo grupo SMABTP, a gestão de investimentos passou a ser efectuada através de mandatos celebrados com a empresa SMA Gestion, pertencente ao grupo SMABTP. Esta gestão é acompanhada por uma equipa local composta por elementos das áreas financeira, técnica e actuarial responsável pelo desenvolvimento anual da Estratégia de Activos e pelo Comité de Gestão Activo Passivo, responsável pela reconciliação das várias estratégias de investimento, tendo em conta os compromissos assumidos pela VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. como resultado da estratégia adoptada. Estão também definidos processos de monitorização do risco de crédito e do risco de taxa de juro para acompanhamento do efeito na cobertura da margem de solvência.
Estão também definidos processos de monitorização do risco de crédito e do risco de taxa de juro para acompanhamento do efeito na cobertura da margem de solvência.

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(UNIDADE: EUROS)

2012	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO	
				TOTAL	JUROS CORRIDOS
TÍTULOS					
Nacionais					
Títulos de rendimento fixo					
De dívida pública	-	1.800.000,00	1.810.108	1.773.275	43.489
De outros emissores públicos					
De outros emissores	-	2.650.473,86	2.509.035	2.411.415	63.349
SUB-TOTAL	-	4.450.474	4.319.143	4.184.690	106.838
Títulos de rendimento variável					
Acções	455.654	-	191.375	154.922	-
Títulos de participação	-	-	-	-	-
Unidades de participação em fundos de investimento	683.800	-	2.587.168	2.649.315	-
Outros	-	-			
SUB-TOTAL	1.139.454	-	2.778.543	2.804.237	-
TOTAL	1.139.454	4.450.474	7.097.685	6.988.927	106.838
Estrangeiros					
Títulos de rendimento fixo					
De dívida pública	-	77.255.000	78.621.968	83.937.062	1.608.331
De outros emissores públicos	-	38.534.668	39.000.330	39.889.776	200.563
De outros emissores	-	96.600.000	96.583.509	101.591.171	889.176
SUB-TOTAL	-	212.389.668	214.205.808	225.418.009	225.418.009
Títulos de rendimento variável					
Acções	-	-	-	-	-
Títulos de participação	-	-	-	-	-

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(CONT.)

(UNIDADE: EUROS)

2012	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO	
				TOTAL	JUROS CORRIDOS
Unidades de participação em fundos de investimento	23.547	-	10.804.308	10.826.380	-
Outros					
SUB-TOTAL	23.547	-	10.804.308	10.826.380	-
TOTAL	23.547	212.389.668	225.010.116	236.244.389	2.698.070
EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER					
Empréstimos concedidos	-	-	-	806.322	-
Depósitos a Prazo	-	-	-	933.162	159
SUB-TOTAL	-	-	-	1.739.484	159
TOTAL GERAL	**1.163.001**	**216.840.142**	**232.107.801**	**244.972.800**	**2.805.067**

(UNIDADE: EUROS)

2011	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO	
				TOTAL	JUROS CORRIDOS
TÍTULOS					
Nacionais					
Títulos de rendimento fixo					
De dívida pública		1.800.000,00	1.820.820	1.289.500	43.392
De outros emissores públicos					
De outros emissores		6.501.222,05	6.481.548	4.541.455	163.244
SUB-TOTAL		8.301.222	8.302.368	5.830.955	206.636
Títulos de rendimento variável					
Acções	455.654		191.375	191.375	
Títulos de participação					
Unidades de participação em fundos de investimento	683.800		2.587.168	2.873.190	

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(CONT.) (UNIDADE: EUROS)

2011	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO	
				TOTAL	JUROS CORRIDOS
Outros					
SUB-TOTAL	1.139.454	-	2.778.543	3.064.565	-
TOTAL	1.139.454	8.301.222	11.080.911	8.895.520	206.636
Estrangeiros					
Títulos de rendimento fixo					
De dívida pública		93.345.000,00	94.582.587	94.863.154	1.827.672
De outros emissores públicos		56.750.000	57.318.732	57.784.516	459.534
De outros emissores		89.950.000	89.836.697	90.709.895	991.885
SUB-TOTAL		240.045.000,00	241.738.016	243.357.565	3.279.091
Títulos de rendimento variável					
Acções					
Títulos de participação					
Unidades de participação em fundos de investimento	25.716		1.587.953	1.626.323	
Outros					
SUB-TOTAL	25.716	-	1.587.953	1.626.323	
TOTAL	25.716	240.045.000	243.325.969	244.983.888	3.279.091
EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER					
Empréstimos concedidos				801.133	
Depósitos a Prazo				927.406	1.427
SUB-TOTAL				1.728.539	1.427
TOTAL GERAL	**1.165.170**	**248.346.222**	**254.406.880**	**255.607.947**	**3.487.154**

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

O Risco de Investimento é composto pelos seguintes riscos:

Risco de Mercado

O Risco de Mercado é composto pelo risco de variação de preços no mercado de capitais, risco de taxa de juro, risco imobiliário e risco cambial. Estes riscos resultam da instabilidade dos mercados financeiros, provocada por variações adversas nas taxas de juro, taxas de câmbio, no valor do imobiliário ou nos preços das acções.
Tendo em conta a natureza do negócio Vida, onde grande parte dos contratos são de médio e longo prazo, o risco de mismatching assume especial relevo, assumindo neste ponto a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. uma posição de muito rigor no sentido de que os activos afectos às responsabilidades estejam o mais próximo possível destas, quer em termos de maturidade quer em termos de valor.

Risco de Crédito

O risco de crédito está associado a uma possível perda por incumprimento dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes ou quaisquer devedores a que a Companhia se encontra exposta. A exposição ao risco de crédito advém, assim, das transacções financeiras da Companhia com emitentes de valores mobiliários, devedores, mediadores, tomadores de seguros, co-seguradoras e resseguradoras.

O risco de crédito na VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. é essencialmente relevante no que concerne às suas transacções financeiras com emitentes de valores mobiliários, ou seja, à exposição dos activos financeiros a obrigações e por outro lado às suas transacções financeiras com resseguradoras. Em ambos os casos, a exposição aos riscos referidos é gerida tendo em conta a situação creditícia dos emitentes. A política seguida pela VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. neste contexto baseia-se em critérios de *ratings* de elevada qualidade.

No primeiro trimestre de 2012 a crise da Dívida Soberana dos países europeus agravou-se de forma dramática. No entanto, a acção concertada do Banco Central Europeu e dos lideres políticos europeus devolveu aos mercados alguma da confiança perdida, permitindo uma recuperação acentuada nos mercados europeus de maior risco. A qualidade da carteira de crédito continuou a ser excelente, uma vez que 59,9% da carteira possui notação de crédito igual ou superior a AA. A exposição total à Dívida Pública dos países europeus periféricos era de 28,8 milhões de euros (11,8% da carteira de investimentos) com a seguinte distribuição: Itália: 6,9%; Espanha: 2,9%; Portugal: 0,8%; Irlanda: 1,3%.

Após a restruturação da Dívida emitida pela República Grega em Março de 2012 e o programa de recompra realizado no final do ano, a exposição da VICTORIA à Grécia é marginal, tendo sido reconhecidas como imparidade quaisquer perdas potenciais. Face a um valor de mercado de 1,1 milhões de euros no ano anterior, em 31.12.2012 a exposição é inferior a 5 mil euros. A imparidade registada em 2012 foi de 399 mil euros.

Em 2012, conforme já foi mencionado anteriormente, as principais resseguradoras com as quais a VICTORIA Vida celebrou tratados de resseguro tinham uma notação de

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

rating A+ e AA- segundo a Standard&Poor's.
Igualmente no âmbito do risco de crédito a evolução dos saldos das contas correntes dos mediadores tem sido objecto de acompanhamento próximo por parte da VICTORIA, tendo-se no ano de 2012 definido critérios mais rigorosos para a atribuição de poderes de cobrança. Existiu mesmo um decréscimo significativo no número de mediadores com atribuição desta capacidade.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) de acordo com os *ratings*:

(UNIDADE: EUROS)

RATING MÉDIO	2012	%	2011	%
AAA	65.635.083	26,5%	128.340.332	49,5%
AA	87.275.631	35,2%	102.496.530	39,6%
A	39.068.359	15,8%	2.460.257	0,9%
BBB	30.951.271	12,5%	4.704.699	1,8%
BB	5.976.616	2,4%	4.990.477	1,9%
B	4.227	0,0%		0,0%
CC		0,0%	810.158	0,3%
NR	5.236.063	2,1%	10.601.761	4,1%
Instrumentos Representativos de Capital	13.630.617	5,5%	4.690.888	1,8%
Total	247.777.867	100,0%	259.095.102	100,0%

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) tendo em consideração as diferentes maturidades dos activos financeiros:

(UNIDADE: EUROS)

MATURIDADES	2012	%	2011	%
< 1 ano	46.684.028	18,8%	63.816.398	24,6%
1 a 2 anos	62.865.526	25,4%	41.865.001	16,2%
3 a 5 anos	56.358.544	22,7%	63.895.235	24,7%
6 a 10 anos	55.941.734	22,6%	61.320.065	23,7%
> 10 anos	12.297.418	5,0%	23.507.514	9,1%
Instrumentos Representativos de Capital	13.630.617	5,5%	4.690.888	1,8%
Total Geral	**247.777.867**	**100,0%**	**259.095.101**	**100,0%**

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Relativamente aos passivos financeiros, de acordo com os cash-flows estimados para 2013 e anos seguintes e a respectiva carteira de activos, os desvios de cobertura são os seguintes:

(UNIDADE: EUROS)

INTERVALO	RESPONSABILIDADES	ACTIVOS (V.NOMINAL E CUPÃO ACUMULADO)	COBERTURA
< 1 ano	10.816.443	24.457.067	13.640.623
de 1 a 2 anos	9.158.932	10.612.434	1.453.502
de 3 a 5 anos	16.504.595	6.952.306	-9.552.290
de 6 a 10 anos	12.363.460	8.237.661	-4.125.799
Superior a 10 anos	11.035.713	5.938	-11.029.775

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) de acordo com os sectores de actividade:

(UNIDADE: EUROS)

SECTORES	2012	%	2011	%
Bens Consumo, Cíclicas	3.500.495	1,4%	-	
Industriais	6.596.556	2,7%	-	
Utilities	1.436.989	0,6%	-	
Financeiro	95.084.230	38,4%	106.979.203	41,3%
Dívida Soberana	127.683.902	51,5%	147.425.010	56,9%
Fundo Tesouraria	9.296.122	3,8%	-	
Fundo Acções	148.745	0,1%	375.187	0,1%
Fundo Imobiliário	4.015.962	1,6%	4.302.258	1,7%
Fundo Obrigações	14.866	0,0%	13.444	0,0%
Total Geral	**247.777.867**	**100,0%**	**259.095.102**	**100,0%**

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Com referência a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a exposição da Companhia a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de dificuldade, é apresentada em seguida:

(UNIDADE: EUROS)

31 DE DEZEMBRO DE 2012						
EMITENTE/CARTEIRA	VALOR CONTABILISTICO	JUSTO VALOR	RESERVA DE JUSTO VALOR	TAXA DE JURO MÉDIA	MATURIDADE MÉDIA (ANOS)	NÍVEL DE VALORIZAÇÃO
Activos financeiros disponíveis para venda						
Portugal	1.810.108	1.773.275	-36.833	4%	2	101
Grécia	1	4.227	4.226	0%	30	0
Irlanda	3.024.183	3.130.983	106.800	5%	3	103
Espanha	6.946.033	6.888.865	-57.168	4%	4	100
Itália	16.196.902	16.430.575	233.673	4%	4	102
	27.977.226	28.227.925	250.698	4%	4	101

(UNIDADE: EUROS)

31 DE DEZEMBRO DE 2011						
EMITENTE/CARTEIRA	VALOR CONTABILISTICO	JUSTO VALOR	RESERVA DE JUSTO VALOR	TAXA DE JURO MÉDIA	MATURIDADE MÉDIA (ANOS)	NÍVEL DE VALORIZAÇÃO
Activos financeiros disponíveis para venda						
Portugal	1.821.628	1.289.500	-532.198	4%	3	101
Grécia	763.880	763.880	0	4%	1	40
Irlanda	3.045.138	2.633.465	-411.673	5%	4	103
Espanha	6.947.677	6.835.103	-112.574	4%	5	100
Itália	16.965.573	15.475.885	-1.489.688	4%	4	102
	29.543.897	26.997.833	-2.546.134	4%	4	100

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Para apuramento do justo valor dos activos mobiliários, a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. adoptaramse os seguintes critérios: -Os activos cotados, são valorizados aos preços praticados nos mercados em que se encontrem admitidos à negociação, reportados ao momento de referência, de acordo com o seguinte:

i) Encontrando-se admitidos à negociação em mais do que um mercado regulamentado, o valor a considerar reflecte os preços praticados no mercado que apresente maior quantidade, frequência e regularidade de transacções, sendo o critério adoptado o do preço de fecho ou preço de referência divulgado, pela entidade gestora do mercado em que os valores se encontrem admitidos à negociação no próprio dia da valorização ou, caso este não exista, o preço correspondente à última cotação verificada no momento da valorização;

ii) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, mas que os preços praticados nesse mercado não sejam considerados representativos, ou inexistentes, ou no caso de activos não cotados, os mesmos são valorizados considerando as ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra (bid offer) difundidos através do sistema de informação Bloomberg.

- Na impossibilidade de aplicação do referido anteriormente, os activos são valorizados pelo valor actualizado dos cash flows futuros considerando uma taxa de juro de mercado que reflicta uma maturidade aproximada à do activo a valorizar e o risco do emitente (justo valor);
- As Unidades de Participação em Fundos de Investimento são valorizadas ao último valor conhecido e divulgado no momento da valorização;
- Os depósitos e instrumentos representativos de divida de curto prazo são valorizados com base no reconhecimento diário do juro inerente a cada operação;

Risco spread e Risco de Liquidez

A incerteza face ao momento de ocorrência e ao montante dos fluxos de saída de caixa relacionados com a actividade seguradora pode afectar a capacidade da empresa de seguros para fazer face às suas responsabilidades, podendo implicar custos adicionais na alienação de investimentos ou outros activos.

A gestão deste risco assenta em duas vertentes: análise ALM (Asset Liability Management) e definição da política de investimentos.

De acordo com os cash-flows operacionais estimados para 2013, a companhia deverá fazer face a saídas líquidas superiores a 25 milhões de euros. Os activos financeiros existentes no final de 2012, quer através de amortizações de títulos e quer através do pagamento de juros, deverão gerar um fluxo de caixa superior a 33 milhões de euros. Desta forma, existe um desvio positivo de cerca de 8 milhões de euros.

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Análise ALM para Cash-flows em 2013

CASH-FLOWS DO ACTIVO	33.160.964
Amortizações	27.154.073
Juros	6.006.891
CASH-FLOWS DO PASSIVO	(25.607.544)
Prémios (negócio existente)	20.175.761
Reembolsos	(40.232.132)
Outros CF negativos	(5.551.172)
Mismatch Cash-flows activo / Passivo	7.553.420

Este exercício e tal como no ano transacto a gestão de tesouraria foi efectuada com a preocupação de minimizar o saldos em instituições bancárias sem afectar o bom funcionamento das actividades operacionais. Assim, o montante aplicado em Depósitos à Ordem e a Prazo registou uma subida de 3,1 para 8,6 milhões de euros (3,5% dos activos da companhia).
No que se refere à estratégia de investimento, o ano de 2012 ficou pautado novamente pela importância que o risco de crédito assume na liquidez dos activos, nomeadamente o denominado spread bid-offer (1) e que apenas os mercados de activos de baixo risco continuam a transaccionar com níveis aceitáveis de liquidez. O investimento em títulos de Dívida Pública manteve-se em níveis elevados (87,4 milhões de euros, representando 36% da carteira de investimento). Destaca-se ainda que cerca de 63% destes títulos correspondem a países de menor risco (Alemanha, Holanda, Áustria, Finlândia e França). É de referir ainda, que num contexto de detioração acentuada das notações de rating, aproximadamente 75% da carteira de investimento possui a notação de rating com qualidade de investment grade, face a 90% em 2011. Adicionalmente, é de referir a importância que o investimento em fundos de tesouraria assumiu na estratégia de investimento deste exercício. A flexibilidade e liquidez deste instrumento são um dos argumentos que justificam o investimento e que se traduzem numa exposição global de 9,3 milhões de euros.

(1) O spread bid-offer corresponde à diferença de preço entre quem pretende vender e quem pretende comprar o activo; Normalmente quanto maior é o risco de liquidez do activo, maior é este diferencial;

Medidas para mitigação do Risco de Investimento

A mitigação do risco de investimento é efectuada através de uma política de investimentos prudente conservadora. A utilização e análise de indicadores de alerta prédefinidos, permite à VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. antecipar possíveis situações de risco e como tal agir de forma rápida e eficiente no desenvolvimento e implementação de medidas de mitigação do risco detectado.

Os indicadores referidos são monitorizados diariamente ao nível da Companhia, pela área de investimentos.
Estão implementados os seguintes indicadores:

- *"Net loss limit"*: este indicador monitoriza o resultado de investimentos através de níveis de tolerância calculados com base nos objectivos de rendimento previamente estabelecidos. Por definição, este indicador não tem leitura na data de fecho do exercício. Trata-se de um indicador dinâmico que tem por função avaliar ao longo do tempo o desempenho da carteira de investimentos durante o período correspondente ao exercício.

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

- *"Risk-based capital"*: este indicador permite identificar se a estratégia de alocação dos activos implementada está de acordo com a solidez financeira da empresa. Desta forma, torna-se possível adequar atempadamente a estratégia de investimentos, em função do comportamento dos mercados financeiros, bem como, dos resultados técnicos do exercício em curso. Este indicador apresentava, no final de 2012, um valor de 27,33 milhões de euros o que significa que a estratégia de investimentos implementada era compatível com a solidez financeira da empresa. Com base na alocação de activos existente e a solvência disponível, este indicador tem um valor mínimo de 15,41, o que nos dá uma indicação da conjugação benéfica entre a solidez financeira da empresa e a resiliência da estratégia de investimentos.

Margem de Solvência

A Margem de Solvência evidencia um rácio de cobertura de 2,27 (2011: 1,58).
Ao longo do exercício de 2012 e com periodicidade mensal, procedeu-se ao cálculo da margem de solvência desta empresa de seguros. É por isso possível afirmar que, foram sempre cumpridos os requisitos de solvência definidos pela Norma Regulamentar nº6/2007-R, alterada pela Norma Regulamentar nº12/2008-R, emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal.

Como objectivos de gestão do capital, políticas e abordagem à gestão dos diferentes tipos de risco a companhia rege-se por:

- Manter o nível desejado de estabilidade do grupo, proporcionando assim um grau de segurança para segurados
- Alocar capital de forma eficiente e apoiar o desenvolvimento de negócios, garantindo que o retorno sobre o capital empregue satisfaz as exigências dos seus accionistas
- Manter a flexibilidade financeira, garantindo forte liquidez
- Monitorizar o perfil de activos e passivos, tendo em conta os riscos inerentes ao negócio
- Manter a solidez financeira necessária para suportar o crescimento do novo negócio e para satisfazer as exigências dos segurados, reguladores e parceiros

Toda a actividade está também sujeita a requisitos regulamentares no âmbito da jurisdição em que opera. A empresa deu conhecimento à entidade reguladora de que atendeu a todos esses requisitos durante todo o exercício.
A política de gestão procura garantir o nível de Capital suficiente para cobrir os requisitos legais com base nas directrizes do regulador, visando simultaneamente optimizar a estrutura de capital para garantir de consistente maximizar retornos, quer a accionistas, quer segurados.
A abordagem da companhia para gerir o capital envolve a gestão de activos, passivos e riscos de uma forma coordenada, avaliar os níveis de capital exigido e necessário numa base mensal e tomar as acções que se revelem adequadas em função da conjuntura económica, condições e características de risco.

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

O processo de gestão de capital assenta na optimização do binómio risco / retorno procurando desta forma criar valor para os detentores do capital.
As exigências de capital são objecto de avaliação periódica e em última análise, sujeitas à aprovação do Conselho de Administração.

A solvência da Companhia é influenciada pelo valor dos activos. Atendendo a esta relação, é fundamental analisar a sensibilidade da solvência face a variações adversas no valor dos investimentos. Esta análise foi efectuada através de um teste de limite (stress test) para cada classe de activos separadamente.

Sensibilidade a variações nas Taxas de Juro:

A carteira de obrigações da VICTORIA tem uma Duração Modificada Média de 2,60% e representa cerca de 84% do valor da carteira total. Atendendo a que o Excesso de Solvência a 31 de Dezembro de 2012 era de 15.525 milhares de euros, a VICTORIA teria uma capacidade para acomodar uma subida de 260,4 pontos base nas taxas de juro(2) e consequente impacto no valor dos capitais próprios.
Esta subida nas taxas de juro levaria adicionalmente a uma descida no Resultado do Exercício de 439 milhares de euros, por via do reconhecimento das valias potenciais nas carteiras contabilizadas pelo critério do justo valor, uma vez que se tratam de produtos Unit-Linked com taxas garantidas superiores ao rendimento actualmente gerado.

[2] Pressupõe-se uma subida das taxas de juro em todos os prazos da curva de rendimento.
[3] Nas carteiras Unit-Linked os activos são avaliados ao justo valor, havendo reconhecimento no resultado do exercício das valias potenciais. Nas restantes carteiras, o impacto no resultado existe devido ao reconhecimento de uma imparidade nestes investimentos.

Sensibilidade a variações no Valor dos Activos Imobiliários:

A VICTORIA detinha a 31 de Dezembro de 2012 uma exposição a esta classe de activos de aproximadamente 11%. Considerando mais uma vez que o Excesso de Solvência era no final do ano de 15.525 milhares de euros, os activos imobiliários poderiam sofrer uma desvalorização máxima de 50,2% para manter a Margem de Solvência positiva.

Sensibilidade a variações no Valor de outros Activos de Risco (Acções e Derivados)

O peso do investimento da VICTORIA no mercado accionista era inferior a 1% no final do exercício (0,11%). Desta forma, a Companhia possuía capacidade para acomodar uma desvalorização total do valor destes activos. Neste cenário, o Resultado do Exercício sofreria uma redução de 303 milhares de euros (3) e o Excesso de Solvência desceria de 15.525 milhares de euros para 15.221 milhares de euros.

(UNIDADE: EUROS)

	TAXA DE JURO	IMOBILIÁRIO	ACÇÕES
Teste de Sensibilidade:			
Variação subjacente	+ 260,4 p.b.	(50,2%)	(100%)
Impacto no Valor do Activo	(15.525.077)		(303.667)
Impacto nos resultados e Capital			
Impacto no Resultado Exercício	(438.677)	(945.347)	(303.667)
Impacto no Capital Próprio	(15.525.077)		(303.667)
Excesso Solvência após Stress Test	-	-	15.221.410

OBS.: O IMPACTO NO CAPITAL PRÓPRIO PODE EXISTIR DIRECTAMENTE ATRAVÉS DO RECONHECIMENTO DA RESERVA DE REAVALIAÇÃO, OU INDIRECTAMENTE PELO RESULTADO DO EXERCÍCIO

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

O impacto caso ocorressem variações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevantes seria o abaixo reflectido:

			VARIAÇÕES			
RISCO	EXPOSIÇÃO A VALORES DE MERCADO	DURAÇÃO MODIFICADA	(+)	IMPACTO	(-)	IMPACTO
Taxa de Juro	229.602.698	2,6%	- 100 p.b	5.963.207	+ 100 p.b	(5.963.207)
Imobiliário	30.942.220		+10%	3.094.222	-25%	(7.735.555)
Acções	303.667		+10%	30.367	-30%	(91.100)
Impacto nos Capitais Próprios (*)				9.087.796		(13.789.863)
Margem de Solvência				302%		114%

(*) IMPACTO NOS CAPITAIS PRÓPRIOS, ASSUMINDO UMA VARIAÇÃO SIMULTÂNEA DOS DIFERENTES INDICADORES

Risco Operacional

O risco operacional corresponde ao risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos.
Em 2012 destacam-se as seguintes actividades na gestão e mitigação deste risco:

- Análise dos processos e respectivos riscos e controlos identificados no grupo SMABTP, bem como do aplicativo que utilizam para registo de perdas e avaliação de eficácia dos controlos existentes, de forma a alinharmos o respectivo modelo de gestão adaptado às especificidades de cada companhia;
- Face às alterações na organização, iniciou-se a actualização dos processos internos de negócio, com a identificação dos actuais donos do processo, actividades, riscos e controlos inerentes à mitigação dos mesmos;
- Actualização e gestão da ferramenta Registo de Perdas, permitindo a identificação de melhorias/ controlos a implementar para alguns processos;
- Acompanhamento da evolução vs status dos registos das anomalias informáticas reportadas através da ferramenta Redmine;
- Implementação de um novo modelo de gestão Anti-Fraude, constituído pelo Comité Anti-Fraude, área de Gestão de Riscos e equipas multidisciplinares dedicadas à investigação de Fraude.

Risco de Compliance

O Risco de Compliance corresponde ao risco de perdas financeiras ou reputacionais em consequência de incumprimento da legislação em vigor, com impacto na

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

actividade. A gestão deste risco é efectuada dentro da área de Gestão de Riscos, tendo como objectivo analisar a legislação (nova e em vigor) e acompanhar a evolução dos procedimentos de implementação, que assegurem o seu cumprimento. De forma a mitigar o risco de incumprimento das obrigações legais, a área de Compliance efectua um acompanhamento mensal com as áreas envolvidas para o efeito.
Em 2012, não se registou nenhuma situação de contra-ordenação por parte da Entidade de Supervisão – ISP à VICTORIA – Seguros de Vida, S.A., nem quaisquer casos de violação ao Código de Conduta.

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 1 – Caixa e equivalentes e depósitos à ordem

O saldo apresentado nesta rubrica, tem a seguinte decomposição:

(UNIDADE: EUROS)

	2012	2011
Caixa e Equivalentes	6.247	6.995
Depósitos à ordem	7.500.150	4.489.477
	7.506.397	**4.496.472**

O valor existente em Caixa destina-se a fazer face a pequenas despesas administrativas efectuadas directamente pelas Delegações. Em 2011, os saldos credores existentes em Depósitos à Ordem encontram-se reflectidos em Outros Credores por Outras Operações, no montante de Euros 2.202.477. A existência destes saldos deve-se ao facto da Companhia ter como principal meio de pagamento o cheque e ao desfasamento do desconto.

NOTA 2 – Terrenos e Edifícios

De acordo com as políticas contabilísticas mencionadas no Ponto III, os terrenos e edifícios classificados como de uso próprio encontram-se valorizados através do modelo de revalorização. As taxas de amortização são determinadas pelo nº de anos de vida útil atribuída a cada imóvel, em função das avaliações efectuadas.

Os terrenos e edifícios classificados como de rendimento encontram-se valorizados através do modelo de justo valor.

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(UNIDADE: EUROS)

EDIFÍCIOS	ÚLTIMA AVALIAÇÃO	VALOR AQUISIÇÃO	VALOR DE AVALIAÇÃO	VARIAÇÃO JUSTO VALOR	VIDA ÚTIL
DE USO PRÓPRIO					
R. Dr. Carlos França 30, Loja -Torres Vedras	2012	269.410	243.050	(20.064)	87
R. Gonçalo Cristóvão 13,1ºDto - Porto	2012	152.931	203.000	(25.140)	67
Av. Dr. Lourenço Peixinho 246 - Aveiro	2012	288.999	300.000	(1.091)	52
Av. Alberto Sampaio 60 – Viseu	2012	389.122	316.000	15.331	56
Av. D João II 46 A e B - Setúbal	2012	331.976	319.000	5.816	62
Av. Bernardo Santareno, 37B - Santarém	2012	362.297	371.300	(14.510)	97
DE RENDIMENTO					
Av. da Liberdade 200 – Lisboa	2012	25.769.867	25.173.908	171.526	98
TOTAL		**27.564.602**	**26.926.258**	**131.868**	

O movimento verificado nesta rubrica é analisado como segue:

(UNIDADE: EUROS)

	SALDO INICIAL						
TERRENOS E EDIFÍCIOS	VALOR BRUTO	AMORTIZ. ACUM.	AQUISIÇÕES/ TRANSFERÊNCIA	REAVALIAÇÕES	ALIENAÇÕES/ TRANSFERÊNCIA	AMORTIZAÇÕES	SALDO FINAL (VALOR LÍQUIDO)
USO PRÓPRIO							
Terrenos	754.750	-	-	(98.741)	-	-	656.009
Edifícios	1.225.050	(33.952)	-	(94.757)	-	(15.786)	1.080.555
SUB- TOTAL	1.979.800	(33.952)	-	(193.498)	-	(15.786)	1.736.564
RENDIMENTO							
Terrenos	9.791.397	-	-	(2.490.964)	-	-	7.300.433
Edifícios	16.318.995	-	-	1.554.480	-	-	17.873.475
SUB- TOTAL	26.110.392	-	-	(936.484)	-	-	25.173.908
TOTAL	**28.090.192**	**(33.952)**	**-**	**(1.129.982)**	**-**	**(15.786)**	**26.910.472**

Para determinação do justo valor dos imóveis, foram utilizadas avaliações efectuadas por entidades independentes e devidamente credenciadas para o efeito. Anualmente são efectuados testes de imparidade.

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

NOTA 3 – Activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas

Os investimentos classificados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

(UNIDADE: EUROS)

	2012			2011		
	CUSTO DE AQUISIÇÃO AMORTIZADO	VALIAS NÃO REALIZADAS	VALOR DE BALANÇO	CUSTO DE AQUISIÇÃO AMORTIZADO	VALIAS NÃO REALIZADAS	VALOR DE BALANÇO
Instrumentos de capital e Unidade de Participação	5.972.512	(129.535)	5.842.977	2.421.586	(180.995)	2.240.591
Títulos de Dívida	49.165.919	131.905	49.297.823	65.010.094	(165.130)	64.844.964
Dívida Pública	(113.005)	191.989	78.984	1.912.856	23.783	1.936.639
De Outros Em. Públicos	21.425.782	(27.422)	21.398.360	34.748.957	(33.704)	34.715.253
De Outros Emissores	27.773.706	(32.663)	27.741.043	28.173.391	(155.209)	28.018.182
Juros a receber	79.436	-	79.436	174.890	-	174.890
TOTAL	**55.138.431**	**2.370**	**55.140.800**	**67.431.680**	**(346.125)**	**67.085.555**

Em 31 de Dezembro de 2012 os activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas encontram-se valorizados ao justo valor de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por 'providers'.
De acordo com o IFRS 7, os activos financeiros detidos para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:
Nível 1 – valorizados de acordo com valores observáveis em mercados activos;
Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis, são incluídos neste nível as unidades de participação em fundos e investimento valorizadas pelo Net Asset Value divulgado pelas respectivas entidades gestoras;
Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

NOTA 4 – Activos financeiros disponíveis para venda

A carteira de activos disponíveis para venda apresenta a seguinte composição:

(UNIDADE: EUROS)

	2012				2011			
	CUSTO DE AQUISIÇÃO AMORTIZADO	IMPARIDADE	RESERVAS DE JUSTO VALOR	VALOR DE BALANÇO	CUSTO DE AQUISIÇÃO AMORTIZADO	IMPARIDADE	RESERVAS DE JUSTO VALOR	VALOR DE BALANÇO
Instrumentos de capital e Unid. Participação	8.497.591	(690.559)	(19.392)	7.787.640	2.997.967	(690.559)	142.889	2.450.297
Títulos de Dívida	172.004.588	-	11.105.196	183.109.784	189.833.356	(1.263.662)	(740.411)	187.829.283
Dívida Pública	80.358.824	-	5.272.529	85.631.353	95.740.042	(1.263.662)	(260.365)	94.216.015
De Outros Emissores Públicos	17.574.980	-	916.436	18.491.416	18.631.708	-	427.956	19.059.664
De Outros Emissores	71.345.312	-	4.916.231	76.261.543	72.150.769	-	(908.002)	71.242.767
Juros a receber	2.725.472	-	-	2.725.472	3.310.837	-	-	3.310.837
TOTAL	**180.502.179**	**(690.559)**	**11.085.804**	**190.897.424**	**192.831.323**	**(1.954.221)**	**(597.522)**	**190.279.580**

Dos quais:

(UNIDADE: EUROS)

	2012	2011
Nivel 1	183.109.784	190.088.205
Nivel 2	7.632.718	191.375
Nivel 3	154.922	
TOTAL	**190.897.424**	**190.279.580**

O modelo de valorização da posição no Banco Finantia tem por base uma análise de correlação entre os resultados do banco e a evolução de um índice composto pelos bancos cotados no índice PSI20 general. Com base nesta correlação estimou-se o crescimento dos resultados em 2012, o que conjugado com o P/E médio da banca portuguesa permite apurar a cotação fair value do título. Simultaneamente efectuouse um teste de sensibilidade aos principais inputs que a seguir se apresenta:

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

	P/E ESTIMADO DA BANCA PORTUGUESA		VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE BANCA PORTUGUESA
Teste de Sensibilidade:			
Cenário Base	12,97		4,4%
Variação subjacente negativa	7,97 (+10)		-5,6% (-10%)
Variação subjacente positiva	17,97 (+10)		14,4% (10%)
Impacto na Avaliação:			
Avaliação cenário base (*)		0,34	
Avaliação impacto negativo	0,21		0,30
	0,46		**0,37**

(*) VALOR POR ACÇÃO

NOTA 5 – Empréstimos e contas a receber

A rubrica é analisada do seguinte modo:

(UNIDADE: EUROS)

	2012	2011
Outros depósitos – Depósitos a prazo	933.162	927.406
Juros a receber	159	1.428
Empréstimos concedidos	806.322	801.133
Empréstimos Hipotecários	-	-
Empréstimos sobre apólices	806.322	801.133
TOTAL	**1.739.643**	**1.729.967**

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

NOTA 6 – Afectação Dos Investimentos

A 31 de Dezembro de 2012 os investimentos, encontram-se afectos da seguinte forma:

(UNIDADE: EUROS)

	2012				
	SEGUROS DE VIDA COM PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS	SEGUROS DE VIDA SEM PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS	SEGUROS DE VIDA CLASSIFICADOS COM CONTRATO DE INVESTIMENTO	NÃO AFECTOS	TOTAL
Caixa e equivalentes	6.737.171	1.424	767.803	-	7.506.398
Terrenos e Edifícios	25.492.908	-	-	1.433.350	26.926.258
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados	-	-	55.140.800	-	55.140.800
Instrumentos de Capital e Unidade de Participação	-	-	5.842.977	-	5.842.977
Títulos de Dívida	-	-	49.297.823	-	49.297.823
Activos disponíveis para venda	153.988.900	35.713.535	-	1.194.989	190.897.424
Instrumentos de Capital e Unidade de Participação	4.409.043	2.782.983	-	595.614	7.787.640
Títulos de Dívida	149.579.857	32.930.552	-	599.375	183.109.784
Empréstimos concedidos e contas a receber	785.639	-	20.682	933.321	1.739.642
Depósitos a Prazo	-	-	-	933.321	933.321
Empréstimos concedidos	785.639	-	20.682	-	806.321
TOTAL	**187.004.618**	**35.714.959**	**55.929.285**	**3.561.660**	**282.210.522**

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Para o ano transacto, a afectação era a seguinte:

(UNIDADE: EUROS)

	2011				
	SEGUROS DE VIDA COM PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS	SEGUROS DE VIDA SEM PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS	SEGUROS DE VIDA CLASSIFICADOS COM CONTRATO DE INVESTIMENTO	NÃO AFECTOS	TOTAL
Caixa e equivalentes	1.836.028	1.986.464	673.980	-	4.496.472
Terrenos e Edifícios	26.482.192	-	-	1.608.000	28.090.192
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados	-	-	67.085.555	-	67.085.555
Instrumentos de Capital e Unidade de Participação	-	-	2.240.591	-	2.240.591
Títulos de Dívida	-	-	64.844.964	-	64.844.964
Activos disponíveis para venda	154.484.703	26.697.863	-	9.097.014	190.279.580
Instrumentos de Capital e Unidade de Participação	2.248.418	81.313	-	120.566	2.450.297
Títulos de Dívida	152.236.285	26.616.550	-	8.976.448	187.829.283
Empréstimos concedidos e contas a receber	780.791	-	-	949.176	1.729.967
Depósitos a Prazo	-	-	-	928.834	928.834
Empréstimos concedidos	780.791	-	-	20.342	801.133
TOTAL	**183.583.714**	**28.684.327**	**67.759.535**	**11.654.190**	**291.681.766**

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

NOTA 7 – Outros activos tangíveis e inventários

Os Outros activos tangíveis são analisados como segue:

(UNIDADE: EUROS)

	SALDO INICIAL				DEPRECIAÇÕES DO EXERCICIO		
OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES	AQUISIÇÕES	ALIENAÇÕES	REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
EQUIPAMENTO	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	1.991.737	(1.890.098)	22.619	(17.410)	(60.965)	17.410	63.293
Máquinas e ferramentas	240.828	(206.755)	-	(11.460)	(12.009)	11.460	22.064
Equipamento informático	746.380	(710.043)	10.761	(12.684)	(20.510)	12.684	26.588
Instalações interiores	570.804	(458.540)	50.285	-	(25.159)	-	137.390
Outro Equipamento	1.045.787	(930.733)	-	-	(31.721)	-	83.333
SUB- TOTAL	4.595.536	(4.196.169)	83.665	(41.554)	(150.364)	41.554	332.668
Património Artístico	46.487	-	-	-	-	-	46.487
TOTAL	**4.642.023**	**(4.196.169)**	**83.665**	**(41.554)**	**(150.364)**	**41.554**	**379.155**

Os bens de Inventário correspondem a material de consumo administrativo e material de divulgação dos produtos comercializados.

NOTA 8 – Outros activos intangíveis

A análise é efectuada através do seguinte quadro:

(UNIDADE: EUROS)

	SALDO INICIAL				AMORTIZAÇÕES DO EXERCICIO		
OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES	AQUISIÇÕES	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL (VALOR LIQUIDO)
Despesas Aplicações Informáticas	4.680.348	(4.379.960)	-	284.066	(284.398)	-	300.056
Activos intangíveis em curso	392.698	-	-	(284.066)	-	-	108.632
Outros	34.916	(34.916)	-	-	-	-	-
TOTAL	**5.107.962**	**(4.414.876)**	**-**	**-**	**(284.398)**	**-**	**408.688**

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

NOTA 9 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações

O saldo desta conta é analisado como se segue:

(UNIDADE: EUROS)

	2012	2011
Tomadores de Seguros	1.349.712	884.637
Mediadores de Seguros	425.530	596.908
Imparidade	-162.508	-135.649
SUB-TOTAL	1.612.734	1.345.896
Resseguradores	279.085	385.879
SUB-TOTAL	279.085	385.879
Outros Devedores	2.835.370	1.786.659
Imparidade	-221.575	-221.575
SUB-TOTAL	2.613.795	1.565.084
TOTAL	**4.505.614**	**3.296.859**

Em Outros devedores encontra-se incluído o saldo com a Victoria Internacional de Portugal, S.G.P.S. no montante de Euros 1.750.232 (2011: Euros 417.943) e com a Victoria – Seguros, S.A. em 2011 no montante de Euros 128.859.
O montante registado em imparidade na rubrica Devedores por operações de seguro directo, diz respeito a contratos de seguros com prémios em atraso com mais de 3 meses no montante de Euros 328.031 (2011: Euros 235.679).

NOTA 10 – Activos e Passivos por Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo

Esta rubrica destina-se a reconhecer as responsabilidades da Companhia em matéria de obrigações com benefícios dos empregados.

Em 23 de Dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Colectivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos, deixando estes colaboradores de estarem abrangidos por um plano de benefício definido para passarem a ter um plano de contribuição definida – Plano Individual de Reforma.

Relativamente à alteração do plano e atendendo a que o valor das responsabilidades pelos serviços passados, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no activo, se encontrava integralmente financiado, foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respectivo plano individual de reforma. No decurso de 2012, e após comunicação da alteração do plano ao ISP, foi liquidada a responsabilidade, tendo sido apurado os valores devidos e efectuada a comunicação aos colaboradores.

Adicionalmente, e entre os outros benefícios de longo prazo, a Companhia atribui prémios de antiguidade aos 15, 25 e 40 anos – Jubileus.

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Os activos/ (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2012 e 2011 são como segue:

(UNIDADE: EUROS)

	2012	2011
Benefícios de pós emprego	884.417	945.920
Outros Benefícios de longo prazo	(137.777)	(131.367)
	746.640	**814.553**

O impacto no resultado do exercício do reconhecimento destas responsabilidades é analisado na Nota 31.

As **Obrigações com benefícios dos empregados** estão constituídas através dos Planos abaixo descritos.

Plano de Contribuição Definida

Com a alteração do CCT, o plano de contribuição definida existente, foi objecto de revisão tendo em vista a uniformização de benefícios e procedimentos.
Desta forma, o plano de contribuição definida passou a integrar as anteriores modalidades, em que:

- Para os colaboradores no activo admitidos na actividade seguradora após 22 de Junho de 1995 e participantes do Fundo de Pensões em vigor até 31.03.2012, o valor constituído na sua conta individual foi afecto ao respectivo plano individual de reforma.
- Para os colaboradores dos Associados na situação de activos, admitidos na actividade seguradora até 22 de Junho de 1995, o valor das responsabilidades por serviços passados financiado pelo Plano de Benefício Definido, foi convertido para um Plano Individual de Reforma, à data de 31.12.2011 de acordo com o método e pressupostos utilizados na avaliação actuarial de 28 de Fevereiro de 2012 e aditamento de 08 de Junho de 2012.

Os activos/(responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2012 e 2011, são como segue:

(UNIDADE: EUROS)

	2012	2011
Responsabilidades por benefícios	350.778	303.295
Justo valor dos activos do fundo	353.160	1.177.241
Activos/(responsabilidades) líquidas em balanço	**2.382**	**873.946**

No decurso da alteração do plano, foi decidido que o excesso de financiamento deveria permanecer no benefício definido, tendo-se procedido à sua reafectação.
A contribuição do ano, de acordo com o estipulado no CCT foi de € 4.035.

Plano de Benefício Definido

Com a alteração do CCT, o plano de benefício definido passou a garantir:

- pagamento de pensões a todos os beneficiários que, á data da alteração do plano, se encontravam a receber uma pensão paga pelo fundo;
- actualização de pensões atribuídas a colaboradores que passaram à situação de reforma por velhice ou invalidez no âmbito do plano de benefício definido anterior.

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

A população abrangida pelo plano de benefício definido tem as seguintes características:

(UNIDADE: EUROS)

	NÚMERO	PENSÃO ANUAL	PENSÃO MÉDIA ANUAL	IDADE MÉDIA
Beneficiários	2	2.783 €	1.392 €	66

Os activos/ (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2012 e 2011, são como segue:

(UNIDADE: EUROS)

	2012			2011		
	PENSÕES	OUTROS	TOTAL	PENSÕES	OUTROS	TOTAL
Responsabilidades por benefícios	64.748	1.059.544	1.124.292	57.711	1.028.855	1.086.566
Justo valor dos activos do fundo	933.866	937.066	1.870.932	57.711	969.462	1.027.173
Activos/ (responsabilidades) líquidas em balanço	**869.118**	**(122.478)**	**746.640**	**-**	**(59.393)**	**(59.393)**

O valor presente da obrigação de benefícios definidos é o seguinte:

(UNIDADE: EUROS)

	2012			2011		
	PENSÕES	OUTROS	TOTAL	PENSÕES	OUTROS	TOTAL
Valor actual da responsabilidade em 1 de Janeiro	57.711	1.028.855	1.086.566	415.948	1.114.545	1.530.493
Custo do serviço corrente	-	4.527	4.527	13.719	33.883	47.602
Custo de juros	1.403	30.667	32.070	19.757	20.375	40.132
(Ganhos) e perdas actuariais	38.073	51.254	89.327	(75.908)	(93.785)	(169.393)
Benefícios passados não reconhecidos	-	(4.686)	(4.686)	-	(17.376)	(17.376)
Redução de benefícios por via de saídas antecipadas	-	-	-	(9.727)	-	(9.727)
Benefícios pagos	(2.783)	(51.073)	(53.856)	(2.783)	(28.787)	(31.570)
Redução por alteração do CCT	(29.656)		(29.656)	(303.295)	-	(303.295)
Valor actual da responsabilidade em 31 de Dezembro	**64.748**	**1.059.544**	**1.124.292**	**57.711**	**1.028.855**	**1.086.566**

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Adicionalmente, a VICTORIA transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro de vida junto da VICTORIA – Seguros de Vida, S.A e da ALICO. A responsabilidade ascende a Euros 334.981 (2011: Euros 343.986).

A variação dos activos do plano de benefício definido em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é analisada como se segue:

(UNIDADE: EUROS)

	2012			2011		
	FUNDO	OUTROS	TOTAL	FUNDO	OUTROS	TOTAL
Activos do plano em 1 de Janeiro	57.711	969.462	1.027.173	1.230.204	1.003.817	2.234.021
Retorno esperado dos activos	13.079	4.362	17.441	12.388	70	12.458
Ganhos e (perdas) actuariais	21.569	14.315	35.884	(4.857)	(5.638)	(10.495)
Contribuições do empregador			-	-	-	-
Benefícios pagos	(2.783)	(51.073)	(53.856)	(2.783)	(28.787)	(31.570)
Redução por alteração do Plano-CCT	844.290		844.290	(1.177.241)	-	(1.177.241)
Activos do plano em 31 de Dezembro	**933.866**	**937.066**	**1.870.932**	**57.711**	**969.462**	**1.027.173**

Os outros activos são relativos a adesões ao Fundo de Pensões Aberto Multireforma.
Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, são como segue:

(UNIDADE: EUROS)

	2012			2011		
	PENSÕES	OUTROS	TOTAL	PENSÕES	OUTROS	TOTAL
Custo do serviço corrente	-	4.527	4.527	13.719	33.883	47.602
Custo de juros	1.403	30.667	32.070	19.757	20.375	40.132
Retorno esperado dos activos	(13.079)	(4.362)	(17.441)	(12.388)	(70)	(12.458)
Redução de benefícios por via de saídas antecipadas	-	-	-	(9.727)	-	(9.727)
Ganhos e perdas actuariais	-	-4.686	-4.686	-	(17.376)	(17.376)
TOTAL DO CUSTO DO ANO	**(11.676)**	**26.146**	**14.470**	**11.361**	**36.812**	**48.173**

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

O justo valor dos activos que constituem o plano em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é como segue:

(UNIDADE: EUROS)

	2012		2011	
Fundos de Investimento Imobiliários	2,12%	27.285	2,45%	30.227
Fundos de Investimento em Acções	1,22%	15.665	1,36%	16.756
Acções			-	-
Fundos de Investimento em Obrigações	12,17%	156.597	12,47%	153.989
Obrigações de Taxa Variável	6,15%	79.109	5,68%	70.148
Obrigações de Taxa Fixa	75,16%	967.377	74,65%	921.875
Mercado Monetário	3,19%	40.993	3,40%	41.957
TOTAL	**100%**	**1.287.026**	**100,00%**	**1.234.952**

O retorno real dos activos do Fundo de Pensões da Victoria foi de Euros 34.648.

Os ganhos e perdas actuariais em 2012 e 2011, são analisados como segue:

(UNIDADE: EUROS)

	2012			2011		
	PENSÕES	OUTROS	TOTAL	PENSÕES	OUTROS	TOTAL
Desvios actuariais reconhecidos em reservas em 1 de Janeiro	7.439	(47.380)	(39.941)	632.624	(135.528)	497.096
Ganhos e perdas actuariais das responsabilidades	(38.073)	(51.254)	(89.327)	75.908	93.785	169.693
Ganhos e (perdas) actuariais do fundo	21.569	14.315	35.884	(4.857)	(5.638)	(10.495)
Redução por alteração do CCT			-	(696.235)	-	(696.235)
Desvios reconhecidos nas reservas em 31 de Dezembro	**(9.065)**	**(84.319)**	**(93.384)**	**7.439**	**(47.380)**	**(39.941)**

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Adicionalmente conforme referido acima, os desvios associados a benefícios de longo prazo foram reconhecidos por contrapartida de resultados, de acordo com o IAS 19.

A redução por alteração do CCT diz respeito à reclassificação dos desvios reconhecidos em reservas por contrapartida de resultados transitados.

O regime de actualização das pensões rege-se pelo disposto na Cláusula 52ª do CCT.

Para efeitos da determinação do valor actual das responsabilidades foram utilizados os seguintes pressupostos e hipóteses de cálculo:

	2012	2011
Tábuas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Número de pagamentos das pensões por ano	14	14
Taxa de desconto anual	3,361%	5%
Taxa anual de crescimento das pensões	1%	1%

A evolução das responsabilidades e dos activos do plano nos últimos 5 anos é analisada como segue:

(UNIDADE: EUROS)

	2012	2011	2010	2009	2008
Responsabilidades por benefícios	1.124.292	1.086.566	1.530.493	1.730.738	1.748.183
Justo valor dos activos do fundo	1.870.932	1.027.173	2.234.021	2.184.423	1.788.915
Activos/ (responsabilidades) líquidas em balanço	**746.640**	**(59.393)**	**703.528**	**453.685**	**40.732**

NOTA 11 – Activos e Passivos por impostos

A rubrica de Activos e Passivos por impostos é composta por impostos e taxas correntes, que corresponde ao valor a pagar ou recuperar de impostos, e por imposto diferido, que corresponde ao valor do imposto sobre o rendimento a pagar em períodos futuros proveniente de diferenças temporárias tributáveis.

O montante dos impostos diferidos é o seguinte:

(UNIDADE: EUROS)

	ACTIVOS		PASSIVOS		LÍQUIDO	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Investimentos Financeiros	92.261	304.050	473.600	61.990	(381.339)	242.060
Benefícios a empregados	36.511	34.812	-	23.462	36.511	11.350
Provisões	336.521	311.099	-	-	336.521	311.099

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(CONT.)

(UNIDADE: EUROS)

	ACTIVOS		PASSIVOS		LÍQUIDO	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Imóveis	30.323	98.107	4.063	71.284	26.260	26.823
Prejuízos Fiscais	-	212.217	-	-	-	212.217
Impostos diferidos activos / (passivos)	**495.616**	**960.285**	**477.663**	**156.736**	**17.953**	**803.549**

O movimento do imposto diferido foi reconhecido como segue:

(UNIDADE: EUROS)

	2012			2011		
	RECONHECIDO RESULTADOS	RECONHECIDO NAS RESERVAS	TOTAL	RECONHECIDO RESULTADOS	RECONHECIDO NAS RESERVAS	TOTAL
Investimentos Financeiros	62.207	(685.606)	(623.398)	154.470	(80.508)	73.962
Benefícios a empregados	25.161	-	25.161	29.216	-	29.216
Provisões	25.421	-	25.421	(41.717)	-	(41.717)
Imóveis	(67.784)	67.221	(562)	(29.186)	43.133	13.947
Prejuízos fiscais	(212.217)	-	(212.217)	(91.756)	-	(91.756)
Impostos Diferidos Activos / (passivos)	**(167.211)**	**(618.384)**	**(785.596)**	**21.027**	**(37.375)**	**(16.348)**

Na sequência da aquisição da VICTORIA pelo Grupo SMABTP, foi apresentado em 2011 um requerimento a solicitar autorização para a utilização dos prejuízos fiscais para efeitos de reporte subsequente, não havendo até à data qualquer entendimento.

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2012 e 2011 é analisado como segue:

(UNIDADE: EUROS)

	2012	2011
Imposto corrente	(160.933)	(196.407)
Imposto diferido	(167.211)	21.027
Imposto Exercício	**(328.144)**	**(175.380)**

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

O imposto sobre o rendimento reportado nas reservas é analisado como segue:

(UNIDADE: EUROS)

	2012	2011	VARIAÇÃO
Imposto corrente	(1.996.657)	(312.117)	(1.684.540)
Investimentos financeiros	(1.963.290)	(52.999)	(1.910.291)
Imóveis	(33.367)	(259.118)	225.751
Imposto diferido	(477.662)	140.722	(618.384)
Investimentos financeiros	(473.600)	212.006	(685.606)
Imóveis	(4.062)	(71.284)	67.221
TOTAL IMPOSTO RECONHECIDO RESERVAS	**(2.474.319)**	**(171.395)**	**(2.302.924)**

A reconciliação da taxa de impostos é analisada como segue:

(UNIDADE: EUROS)

	2012	2011
RESULTADO ANTES IMPOSTO	442.370	599.974
Taxa Imposto	26,50%	26,50%
Imposto Calculado com base taxa imposto	(117.228)	(158.993)
Imposto Diferido Activo - utilização	212.217	91.756
Imposto Diferido não reconhecido anteriormente	(154.358)	(28.890)
Outros proveitos e custos excluídos tributação	27.096	(51.696)
Benefícios fiscais e Rendimento Art.º46	1.435	3.876
Imposto Autonomo (Trib. Autonoma+Derrama)	(297.306)	(31.433)
Imposto do Exercício (Corrente+Diferido)	(328.144)	(175.380)

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

NOTA 12 – Provisões Técnicas

As provisões técnicas à data de 31 de Dezembro de 2012 e 2011 são analisadas como segue:

(UNIDADE: EUROS)

RUBRICAS	MONTANTE CALCULADO	CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	VALOR DE BALANÇO 2012	VALOR DE BALANÇO 2011
Provisões técnicas de seguro directo	199.275.398	3.038.220	196.237.178	202.736.851
Provisão matemática	180.190.956	2.975.975	177.214.981	185.688.076
Provisão para prémios não adquiridos	856.713	62.245	794.468	897.880
Provisão para sinistros	7.571.636		7.571.636	7.103.055
Provisão participação resultados	8.166.961		8.166.961	6.524.735
Provisão para compromissos taxa	2.489.132		2.489.132	2.523.105
Provisões técnicas de resseguro cedido	3.977	-	3.977	-
Provisão matemática	-	-	-	-
Provisão para sinistros	3.977	-	3.977	-

Provisão Matemática

A provisão matemática por modalidade é analisada do seguinte modo:

(UNIDADE: EUROS)

PROVISÃO MATEMÁTICA	2012	2011
Seguros de Vida		
Contratos com participação nos resultados		
Carteira Antiga	36.897	45.685
Carteira Nova		
Individual	109.494.991	118.229.229
VICTORIA Investimento Seguro	2.201.217	-
Rendas Individual	253.199	261.833
Rendas Grupo	7.906.793	9.167.079

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(CONT.) (UNIDADE: EUROS)

PROVISÃO MATEMÁTICA	2012	2011
Grupo Tradicionais	4.515.929	5.430.094
VICTORIA Vantagem Investimento	27.385.100	29.047.678
Contratos sem participação nos resultados		
Carteira Antiga	617	881
Rendas Individual	1.719.934	1.001.800
Rendas Grupo	19.665.553	18.705.272
Risco		-
Seguros Ligados a Fundos de Investimento	4.034.751	3.798.525
TOTAL	**177.214.981**	**185.688.076**

De acordo com a política contabilística da Companhia, anualmente é efectuado, para todos os produtos, o Teste de Adequação do Passivo (Loss Adequacy Test - LAT). O valor apurado para garantia de resgate encontra-se reconhecido na Provisão Matemática no montante de Euros 4.034.751 (2011: Euros 3.798.525) e em Provisão para Compromisso de Taxa como abaixo se descreve:

(UNIDADE: EUROS)

	2012	2011
Seguros de Vida	930.788	623.100
Seguro ligados a Fundos de Investimento	1.558.344	1.900.005
TOTAL	**2.489.132**	**2.523.105**

O teste é efectuado através da melhor estimativa dos cash-flows futuros associados a cada contrato descontados a uma taxa média ponderada de 4,21 % (2011: 4,34 %). A taxa média ponderada é apurada com base numa curva de rendimento de suporte, que corresponde uma média ponderada das taxas de juro de mercado das diferentes classes de activos da carteira de investimentos.

Os pressupostos actuariais para cálculo da Provisão Matemática do Ramo Vida previstos nas apólices, são os seguintes:

Seguro Individual

MODALIDADE	TÁBUA DE MORTALIDADE	TAXA TÉCNICA
Seguros de rendas		
Rendas-Certas	PM 60/64	4%
Rendas Imediatas	110% DAV94 MR	3%
	GRF 80	2,5%
	DAV94 MR	2%

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Seguro Individual

MODALIDADE	TÁBUA DE MORTALIDADE	TAXA TÉCNICA
Seguros de capitais		
Capital Diferido com contrasseguro	PF 60/64	4%
	GKF80	0,95%
Mistos	AF	3,5%
	PM 60/64	4%
	GKM80	2,75%
	GKM80	2%
Temporários	PM 46/49	3,5%
	PM 60/64	4%
Temporário Anual Renovável	n.a.	n.a.
PR Valorização		4%
Valor Mais PPR		3,5%
Garantia Valor PPR/E		1,52%
PPR/E Acções Maximização		n.a.
Europa Invest		n.a.
Investimento seguro		3%
Garantia Rendimento		1,52%

Seguro de Grupo

MODALIDADE	TÁBUA DE MORTALIDADE	TAXA TÉCNICA
Seguros de rendas		
Rendas Imediatas	110% DAV94 MR	3%
	GRF80	2,5%
	DAV94 MR	2%
Seguros de capitais		
Capital Diferido sem contrasseguro	PF 60/64	4%

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(CONT.)

MODALIDADE	TÁBUA DE MORTALIDADE	TAXA TÉCNICA
Misto	PM 60/64	4%
Temporário Anual Renovável	n.a.	n.a.
Capital Diferido com contrasseguro	TV 73/77	4%
	GKF80	2%

Dada a composição da carteira, são efectuados ajustamentos aos pressupostos actuariais, nomeadamente 25%PM 60/64, 25%GKM e 110% DAV94, conforme relatório do actuário responsável.

Provisão para Sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos, à data de balanço, e inclui uma provisão estimada, no montante de Euros 555.241 (2011: Euros 566.403), relativa a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2012 ainda não reportados (IBNR). O desenvolvimento da provisão para sinistros em 2012 é analisado como segue:

(UNIDADE: EUROS)

PROVISÃO PARA SINISTROS EM 31-12-2011	MONTANTES PAGOS NO EXERCÍCIO (1)	PROVISÃO PARA SINISTROS EM 31-12-2012 (1)	REAJUSTAMENTOS A PROVISÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
7.103.055	1.591.362	4.451.611	1.060.082

(1) REFERENTES A SINISTROS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES)

O valor dos reajustamentos efectuados no exercício de 2012, relativos a exercícios anteriores, apresentado na nota acima, é explicado pela análise de todos os processos de sinistros em aberto através da conferência dos valores registados e do ano a que se reportam.

Provisão para Participação nos Resultados

A Provisão para Participação nos Resultados é proveniente de duas vias:

- Participação nos Resultados a Atribuir; que corresponde à parte estimada do tomador do seguro, no valor líquido positivo nos ajustamentos de justo valor dos investimentos afectos a seguros de vida com participação nos resultados, e de acordo com as respectivas modalidades;
- Participação nos Resultados Atribuída; corresponde aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros na forma de participação nos resultados, de acordo com modalidades constantes do plano de participação nos resultados.

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Para o exercício de 2012, a Participação nos Resultados a Atribuir para os produtos com participação nos resultados foi determinada da seguinte forma:

(UNIDADE: EUROS)

PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS A ATRIBUIR	RESERVA REAVALIAÇÃO POR AJUSTAMENTO JUSTO VALOR	% A ATRIBUIR	SALDO FINAL
Carteira Antiga	2.144	6%	129
Carteira Nova		-	
Individual	6.666.967	29%	1.933.420
Rendas Individual	15.280	-	-
Rendas Individual (novas bases técnicas)	5.257	-	-
Rendas Grupo	319.608	-	-
Rendas Grupo (novas bases técnicas)	402.771	-	-
Grupo Tradicionais	262.378	3%	7.871
VICTORIA Vantagem Investimento	1.801.571	-	-
TOTAL	**9.475.976**	**-**	**1.941.420**

A percentagem a atribuir por modalidade é determinada tendo por base os valores de participação financeira atribuída nos últimos 3 anos (de 2009 a 2011).

No que respeita à Participação nos Resultados Atribuída, a movimentação no exercício de 2012, é a seguinte:

(UNIDADE: EUROS)

		DISTRIBUIDA			
PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS ATRIBUIDA	SALDO INICIAL	ATRIBUIDA	PAGAMENTOS	AUMENTO BENEFICIOS	SALDO FINAL
Carteira Antiga	52.741	532	3.340	-	49.933
Carteira Nova					
Individual	2.940.906	529.305	943.409	44.189	2.482.613
Rendas Individual	51.367	-	-	-	51.367
Rendas Individual (novas bases técnicas)	-	-	-	-	-
Rendas Grupo	209.471	-	-	-	209.471
Rendas Grupo (novas bases técnicas)	-	-	-	-	-

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(CONT.) (UNIDADE: EUROS)

			DISTRIBUIDA		
PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS ATRIBUIDA	SALDO INICIAL	ATRIBUIDA	PAGAMENTOS	AUMENTO BENEFICIOS	SALDO FINAL
Grupo Tradicionais	3.140.757	2.048.896	1.896.431	-	3.293.222
VICTORIA Vantagem Investimento	110.538	143.839	12.887	102.555	138.935
TOTAL	**6.505.780**	**2.722.572**	**2.856.067**	**146.744**	**6.225.541**

NOTA 13 – Passivos Financeiros de contratos de investimento

Os contratos classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento correspondem a contratos de seguro e operações em que o risco de investimento é suportado pelo tomador se seguro. No entanto, e pelo facto de, em termos contratuais, existir uma taxa mínima garantida, assumem para a companhia risco de investimento.
Os movimentos ocorridos são os seguintes: (UNIDADE: EUROS)

	COM RISCO INVESTIMENTO	SEM RISCO INVESTIMENTO	TOTAL
Valor inicial	65.625.707	355.748	65.981.455
Entradas no período (deduzidas de encargos de subscrição)	2.198.886	14.273	2.213.159
Montantes pagos	13.771.208	37.231	13.808.439
Rendimento (gastos)	2.771.914	46.926	2.818.840
Encargos de Gestão	785.541	9.337	794.878
Passivos adquiridos (deduzidos) para outras empresas	(509.539)	23.808	(485.731)
Valor final	55.530.219	394.187	55.924.406

NOTA 14 – Outros credores por operações de seguros e outras operações

O saldo desta conta é analisado como segue: (UNIDADE: EUROS)

	2012	2011
Tomadores de Seguros	2.820.100	2.753.310
Mediadores de Seguros	70.614	58.465
Co-Seguros	8.771	0
Sub-total	2.899.485	2.811.775
Resseguradores	73.312	9.409
Outros Credores	434.180	2.464.206
TOTAL	**3.406.977**	**5.285.390**

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica Tomadores de Seguros inclui o montante de Euros 2.584.100 (2011: Euros 2.607.163) relativo aos reembolsos de produtos financeiros maturados e ainda não reclamados pelos clientes. A rubrica Outros Credores inclui o saldo com a VICTORIA – Seguros, S.A no montante de Euros 71.753, e ainda o montante relativo a Depósitos à ordem referidos na Nota 1.

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

NOTA 15 – Acréscimos e Diferimentos

A rubrica destina-se ao reconhecimento, no exercício a que respeitam, de gastos e rendimentos, pelo que é analisada da seguinte forma:

- Acréscimos e diferimentos no Activo

(UNIDADE: EUROS)

	2012	2011
Outros acréscimos e diferimentos	-	42.824
TOTAL	**-**	**42.824**

- Acréscimos e diferimentos no Passivo

(UNIDADE: EUROS)

	2012	2011
Férias e subsídio de férias	427.439	481.059
Incentivos comerciais	571.841	311.210
Rendas e alugueres	229.228	81.648
Outros acréscimos e diferimentos	308.175	115.214
TOTAL	**1.536.683**	**989.131**

NOTA 16 – Capital Próprio

O capital social da VICTORIA – Seguros de Vida, S.A., no montante de Euros 8.500.000, detido na sua totalidade pela VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A., é representado por 1.700.000 acções de valor nominal de Euros 5 cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário.

Em 2003, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 16 de Junho, a Empresa procedeu a um aumento do capital social de Euros 1.000.000 pela emissão de 200.000 novas acções de valor nominal de Euros 5, e prémio de emissão de Euros 2.500.000.

As Reservas de reavaliação sofreram no decurso do exercício de 2012, as seguintes alterações:

(UNIDADE: EUROS)

	SALDO INICIAL	VALORIZAÇÕES/ DESVALORIZA-ÇÕES	DIMINUIÇÕES POR VENDA	SALDO FINAL
De Justo Valor de Activos Financeiros	(597.522)	10.439.613	1.243.713	11.085.804
Instrumentos de capital e Unid. Participação	142.889	(162.281)	-	(19.392)
Títulos de Dívida	(740.411)	10.601.894	1.243.713	11.105.196
Dívida Pública	(260.365)	5.626.667	(93.773)	5.272.529
De Outros Emissores Públicos	427.956	595.191	(106.711)	916.436
De Outros Emissores	(908.002)	4.380.036	1.444.197	4.916.231
Terrenos e Edifícios	1.263.250	(1.070.577)	-	192.673
TOTAL	**665.728**	**9.369.036**	**1.243.713**	**11.278.477**
Provisão part. resultados atribuir ("Shadow")	(18.955)	(1.922.466)	-	(1.941.421)
TOTAL	**646.773**	**7.446.570**	**1.243.713**	**9.337.056**

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

NOTA 17 – Reserva Legal

De acordo com a legislação portuguesa, a VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. tem de constituir uma reserva legal de pelo menos 10% sobre o resultado líquido anual, até à concorrência do Capital social.

NOTA 18 – Transacções entre partes relacionadas

As demonstrações financeiras da sociedade são consolidadas na VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A..
No decurso de 2012, a VICTORIA tinha como entidades relacionadas, as empresas do Grupo SMABTP.
A análise das transacções com entidades relacionadas, é

(UNIDADE: EUROS)

GANHOS E PERDAS	VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL SGPS, SA	VICTORIA- SEGUROS, S.A	SMAVIEBTP
Prémios Adquiridos de Resseguro Cedido			
TOTAL DOS PROVEITOS	-	-	-
Custos e gastos de exploração - comissões Resseg			
Custos com sinistros	-	-	-
Variação Provisões Técnicas	-	-	-
Outros Gastos Gerais e Administrativos	172.078	-	58.289
TOTAL DOS CUSTOS	**172.078**	**-**	**58.289**
Líquido Proveitos/ (Custos) 2012	(172.078)	-	(58.289)
Líquido Proveitos/ (Custos) 2011	(96.187)	-	-

(UNIDADE: EUROS)

BALANÇO	VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL SGPS, SA	VICTORIA- SEGUROS, S.A	SMAVIEBTP
ACTIVO			
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido			
Outros Devedores por operações de seguro e outras	1.750.232	-	-
TOTAL DO ACTIVO	1.750.232	-	-
PASSIVO			
Passivos Subordinados	-	-	-
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	-
Outros Credores por operações de seguro e outras	-	71.753	-
TOTAL DO PASSIVO	-	71.753	-

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(CONT.)

(UNIDADE: EUROS)

BALANÇO	VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL SGPS, SA	VICTORIA- SEGUROS, S.A	SMAVIEBTP
Liquido Activo / (Passivo) 2012	1.750.232	(71.753)	-
Liquido Activo / (Passivo) 2011	417.943	105.876	-

analisada como segue:

As transacções efectuadas com as entidades VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A. e VICTORIA – Seguros, S.A. revestem a natureza meramente administrativa.

No que se refere à entidade SMABTP Vie, esta desenvolve a actividade de front office da actividade de investimentos de activos financeiros de acordo com mandatos de gestão específicos por carteira de investimentos.

NOTA 19 – Elementos extra patrimoniais

- Compromissos com locação operacional

Em 31 de Dezembro de 2013, os compromissos financeiros assumidos pela Companhia com contratos de manutenção e aluguer operacional encontram-se distribuídos pelos seguintes exercícios futuros:

(UNIDADE: EUROS)

COMPROMISSOS FINANCEIROS	VALOR
2013	103.974
2014	103.102
2015	62.120
2016	4.245
TOTAL	**273.441**

- Compromissos por garantias prestadas

As garantias prestadas à data de 31 de Dezembro de 2012 e 2011, são analisadas como segue:

(UNIDADE: EUROS)

NATUREZA DA GARANTIA	2012	2011
Avales, fianças e outras garantias de crédito		
Direcção Geral de Contribuições e Impostos	282.574	282.574
TOTAL	**282.574**	**282.574**

- Fundos de Pensões

O valor dos activos dos Fundos de Pensões geridos pela companhia era de Euros 30.383.037 (2011: Euros 27.671.655), dos quais Euros 2.880.973 (2011: Euros 2.290.785) têm taxa garantida.

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

VI – NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

NOTA 20 – Prémios de contratos de seguro

Relativamente ao Seguro de Vida, temos:

(UNIDADE: EUROS)

PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS DE SEGURO DIRECTO	2012	2011
Relativos a contratos individuais	24.359.015	21.666.724
Relativos a contratos de grupo	10.461.493	11.597.701
	34.820.508	33.264.425
Periódicos	23.522.840	29.414.333
Não Periódicos	11.927.668	3.850.092
	34.820.508	33.264.425
De contratos sem participação nos resultados	5.536.533	5.421.834
De contratos com participação nos resultados	29.283.975	27.842.591
	34.820.508	33.264.425
Saldo de resseguro	(417.166)	(552.424)

NOTA 21 – Comissões recebidas de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento

As comissões recebidas relativamente aos contratos de investimento, é analisada da seguinte forma:

(UNIDADE: EUROS)

	2012	2011
Encargos de subscrição	25.627	35.270
Comissão de gestão	793.619	952.646
	819.246	**987.916**

NOTA 22 – Rendimentos / réditos de investimentos

Os critérios de valorimetria utilizados na mensuração dos investimentos estão referidos na nota III. Os rendimentos de investimentos são analisados como segue:

(UNIDADE: EUROS)

	2012	2011
Terrenos e Edifícios	2.037.927	2.102.171
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados	542.314	1.017.505
Instrumentos de Capital e Unid Participação	717	1.276
Títulos de Dívida	541.597	1.016.229
Activos disponíveis para venda	5.797.326	6.293.492
Instrumentos de Capital e Unid Participação	-	-
Títulos de Dívida	5.797.326	6.293.492
Empréstimos concedidos e contas a receber	59.092	299.191
Depósitos	32.283	81.435
Empréstimos concedidos	26.809	217.756
TOTAL	**8.436.659**	**9.712.359**

Não existem de rendimentos de investimentos, proveniente de dividendos.

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

NOTA 23 – Gastos Financeiros

Os valores registados nesta conta resultam da afectação dos custos por natureza a imputar, conforme pode ser analisado na Nota 31.

NOTA 24 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por Reservas

O saldo registado nesta rubrica refere-se a valias realizadas por alienação dos activos disponíveis para venda e é analisada como segue:

(UNIDADE: EUROS)

	2012	2011
Activos disponíveis para venda		
Instrumentos de Capital e Unid Participação	34.921	52.485
Títulos de dívida	(101.672)	(11.360)
SUB-TOTAL	(66.751)	41.125
Terrenos e Edifícios	(59.405)	-
	(126.156)	**41.125**

NOTA 25 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por resultados

A movimentação ao nível dos activos financeiros é como segue:

(UNIDADE: EUROS)

	2012		2011	
	VALIAS REALIZADAS	AJUSTAMENTO JUSTO VALOR	VALIAS REALIZADAS	AJUSTAMENTO JUSTO VALOR
Activos financeiros detidos para negociação			243.665	
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados	16.481	2.370	(148.574)	(166.803)
Instrumentos de Capital e Unid Participação	43.907	(129.535)	(181.294)	(1.673)
Títulos de Dívida	(27.426)	131.905	32.720	(165.130)
TOTAL	**16.481**	**2.370**	**95.091**	**(166.803)**

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

No que respeita aos passivos financeiros, a movimentação é a seguinte:

(UNIDADE: EUROS)

	2012	2011
Gastos em passivos	(2.827.016)	(4.646.742)
Ganhos em passivos	8.176	1.067.040
TOTAL	**(2.818.840)**	**(3.579.702)**

Esta rubrica corresponde às variações verificadas nos activos financeiros afectos a esta modalidade e que se encontram registadas em rubricas de Ganhos e Perdas, de acordo com a sua natureza.

NOTA 26 – Perdas de Imparidades

Os valores registados nesta rubrica podem ser analisados na Nota 4.
As imparidades registadas em 2012 no montante de Euros 399.630 (2011: Euros 1.611.818) reflectem a reestruturação da dívida pública grega. Porém, o registo antecipado de perdas no ano anterior, permitiu que o valor total assumido neste exercício fosse substancialmente inferior a 2011, não existindo actualmente qualquer potencial de perda adicional nestes títulos.

NOTA 27 – Outros rendimentos/gastos técnicos

O saldo é como segue:(Un.: Euros)

(UNIDADE: EUROS)

	2012	2011		2012	2011
Outros gastos técnicos			Outros rendimentos técnicos		
Por gestão Co-Seguro	-	5.435	Por gestão Co-Seguro	-	-
Por gestão Fundos de Pensões	120.496	198.049	Por gestão Fundos de Pensões	171.051	159.085
Por outros	816	2.178	Por outros	62.511	70.889
SUB-TOTAL	121.312	205.662	SUB-TOTAL	233.562	229.974
TOTAL	**112.250**	**24.312**			

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

NOTA 28 – Outras Provisões (Variações)

As outras provisões destinam-se a fazer face a outros riscos da actividade, nomeadamente pelo facto da companhia proceder à anulação de cheques que não se encontram descontados há mais de 2 anos. Inclui ainda uma provisão para contingências fiscais e para o Duplo Valor.
Da análise do ano, resultam os seguintes movimentos:

(UNIDADE: EUROS)

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	UTILIZAÇÃO	SALDO FINAL
Outras provisões	952.384	150.223	17.168	-	1.085.439

NOTA 29 – Outros rendimentos/gastos

O saldo é como segue:

(UNIDADE: EUROS)

	2012	2011		2012	2011
Gastos e perdas não correntes			Rendimentos e ganhos não correntes		
Multas e penalidades	5.871	664	Restituição impostos		1.959
Quotizações diversas e donativos		-	Outros rendimentos e ganhos	3.359	1.421
Outros gastos e perdas	170.202	76.025			
Gastos e perdas financeiras			Rendimentos e ganhos financeiros		
Juros suportados	3.329	2.807	Juros obtidos	194	1.029
Outros gastos e perdas	21.957	22.176	Outros rendimentos e ganhos		
Ajustamentos			Ajustamentos		
De recibos por cobrar	26.859	-	De recibos por cobrar		47.353
De créditos de cobrança duvidosa		-	De créditos de cobrança duvidosa		
Perdas em Activos Tangíveis		-	Outros	244.545	248.933

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(CONT.) (UNIDADE: EUROS)

	2012	2011		2012	2011
SUB-TOTAL	228.218	101.672	SUB-TOTAL	248.098	300.695
TOTAL	**19.880**	**(199.022)**			

NOTA 30 – Gastos diversos por função

Os gastos diversos por natureza são analisados como se segue:

(UNIDADE: EUROS)

	2012	2011
Despesas com Pessoal	4.495.599	3.825.178
Fornecimento e Serviços Externos	3.736.987	4.092.344
Impostos e Taxas	155.823	90.597
Amortizações do Exercício	450.548	441.025
Juros Suportados	-	-
Comissões	144.834	353.979
TOTAL	**8.983.791**	**8.803.123**

A rubrica Fornecimento e Serviços Externos inclui os honorários facturados pelos Revisores Oficiais de contas e têm a seguinte distribuição (valores sem IVA):

Serviços de Revisão Legal de Contas no montante de 34.790 Euros
Serviços de garantia de fiabilidade – pareceres sobre o sistema de gestão de riscos e controlo interno, mapas prudenciais e estatísticos no montante de 27.000 Euros
Consultoria Fiscal no montante de 41.032 Euros

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

A análise por função, dos contratos de seguros e de investimentos, são analisados da seguinte forma:

(UNIDADE: EUROS)

	2012		2011	
	CONTRATOS DE SEGURO	CONTRATOS DE INVESTIMENTO	CONTRATOS DE SEGURO	CONTRATOS DE INVESTIMENTO
Custos com sinistros	550.203		472.578	-
Custos de exploração	6.751.354	502.378	6.366.158	581.678
Custos de aquisição	1.549.095	115.270	1.424.538	130.160
Custos administrativos	5.202.259	387.108	4.941.620	451.518
Custos com investimentos	279.750	20.817	446.193	40.769
Custos Gestão Fundos de Pensões	879.289		895.747	-
TOTAL	**8.460.596**	**523.195**	**8.180.676**	**622.447**

NOTA 31 – Gastos com o pessoal

Número médio de trabalhadores

A distribuição das categorias foi efectuada de acordo com a repartição existente no Balanço Social (Dec. Lei 9/92 de 22/01) e Anexo I do C.C.T. da Actividade Seguradora. Durante o exercício a empresa teve, além de 1 membro do Conselho de Administração, ao seu serviço em média 81 empregados, com a seguinte estrutura por qualificação de funções:

QUALIFICAÇÃO DE FUNÇÕES	Nº MÉDIO DE EMPREGADOS 2012	Nº MÉDIO DE EMPREGADOS 2011
Quadros superiores	14	17
Quadros médios	8	23
Profissionais altamente qualificados	16	22
Profissionais qualificados	43	18
TOTAL	**81**	**80**

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Montante das despesas com o pessoal

Os gastos com o pessoal referentes aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 são analisados como segue:

(UNIDADE: EUROS)

RUBRICAS	2012	2011
Remunerações		
dos órgãos sociais	-	6.000
do pessoal	3.142.482	2.764.734
Encargos sobre remunerações	766.025	640.294
Benefícios pós-emprego		
Planos de contribuição definida	4.418	362
Planos de benefício definido	(11.676)	11.361
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	26.146	36.813
Benefícios de cessação de emprego	378.007	182.972
Seguros obrigatórios	74.124	59.617
Gastos de acção social	44.714	39.867
Outros gastos com pessoal	71.359	83.158
TOTAL DE CUSTOS COM PESSOAL	**4.495.599**	**3.825.178**

Os órgãos da companhia responsáveis pelo planeamento, direcção e controlo, são constituídos tendo por base a estrutura da companhia no grupo, o que significa que a gestão e/ou direcção efectiva é independente do vínculo contratual. A distribuição das responsabilidades está representada de acordo com o organigrama institucional, e é composta pelas seguintes Direcções:

- Comercial
- Gestão Risco e Controlo Interno
- Financeiro
- Técnico
- Operações
- Informática

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

A sendo uma organização transversal ao grupo, a composição é a seguinte:

(UNIDADE: EUROS)

		VALOR TOTAL REMUNERAÇÃO	
ÓRGÃOS	Nº ELEMENTOS	VIDA	SEGUROS
Conselho de Administração Executivo	2	-	457.646
Directores	9	388.561	818.708
Responsáveis	12	134.163	512.613
TOTAL	23	522.724	1.788.967

No que respeita a benefícios de pós-emprego dos órgãos acima referidos, seguem o estipulado no CCT da Actividade Seguradora.

VII) EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DE ENCERRAMENTO

Até à data da elaboração deste relatório, não existem acontecimentos que possam alterar a informação nele contida. Adicionalmente, também não se perspectivam por parte do conselho de Administração, alterações de políticas que possam alterar de forma significativa o desenrolar da actividade normal da empresa.

VIII) JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados. Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de activos e passivos pela VICTORIA VIDA são os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de activos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Activos financeiros disponíveis para venda, Activos financeiros reclassificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas e activos financeiros detidos para negociação

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é normalmente baseado em valores de mercado se disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor é estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados.

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

Devedores por operações de seguro directo, de resseguro e outras operações, Empréstimos e outros passivos financeiros

Tendo em conta que se tratam normalmente de activos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

IX) NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na actividade da Companhia, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de Janeiro de 2012 e que a Companhia não adoptou antecipadamente são as seguintes:

Já endossadas pela UE:

IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras (Emenda)

A emenda à IAS 1 altera a agregação de itens apresentados na Demonstração do Rendimento Integral. Itens susceptíveis de serem reclassificados (ou "reciclados") para lucros ou perdas no futuro (por exemplo na data de desreconhecimento ou liquidação) devem ser apresentados separados dos itens que não susceptíveis de serem reclassificados para lucros ou perdas (por exemplo, reservas de reavaliação previstas na IAS 16 e IAS 38).

Esta emenda não altera a natureza dos itens que devem ser reconhecidos na Demonstração de Rendimento Integral, nem se os mesmos devem ou não ser susceptíveis de serem reclassificados em lucros ou perdas no futuro.

As alterações à IAS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados após 30 de Junho de 2012, podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.

Da aplicação desta alteração à Norma não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

IFRS 7 (Emenda) Compensação de activos financeiros e passivos financeiros

Esta emenda requer que as entidades divulguem informação sobre direitos de compensação e acordos relacionados (por exemplo Garantias colaterais). Estas divulgações providenciam informações que são úteis na avaliação do efeito líquido que esses acordos possam ter na Demonstração da Posição Financeira de cada entidade. As novas divulgações são obrigatórias para todos os instrumentos financeiros que possam ser compensados tal como previsto pela IAS 32

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Instrumentos Financeiros: Apresentação. As novas divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros que estão sujeitos a acordos principais de compensação ou outros acordos similares independentemente de os mesmos serem compensados de acordo com o previsto na IAS 32.

As alterações à IFRS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A emenda à IFRS 7 deverá ser aplicável retrospectivamente de acordo com a IAS 8. Contudo se a entidade decidir aplicar antecipadamente a IAS 32 Compensação de activos financeiros e passivos financeiros deve aplicar conjuntamente as divulgações previstas na IFRS 7.

Da aplicação desta alteração à Norma não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

IFRS 13 Mensuração do justo valor

A IFRS 13 estabelece uma fonte única de orientação para a mensuração do justo valor de acordo com as IFRS. A IFRS 13 não indica quando uma entidade deverá utilizar o justo valor, mas estabelece uma orientação de como o justo valor deve ser mensurado sempre que o mesmo é permitido ou requerido.

O justo valor é definido como o "preço que seria recebido para vender um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção entre duas partes a actuar no mercado na data de mensuração".

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013, a aplicação antecipada permitida desde que divulgada. A aplicação é prospectiva.

Da aplicação desta Norma não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

IAS 12 Impostos sobre o rendimento

A emenda à IAS 12 clarifica que a determinação de imposto diferido relativo a propriedades de investimento mensuradas ao justo valor, ao abrigo da IAS 40, deverá ser calculada tendo em conta a sua recuperação através da sua alienação no futuro. Esta presunção pode ser no entanto rebatível caso a entidade tenha um plano de negócios que demonstre que a recuperação desse imposto será efectuada através do uso das propriedades de investimento.

Adicionalmente, a emenda refere ainda que os impostos diferidos reconhecidos por activos fixos tangíveis não depreciáveis que sejam mensurados de acordo com o modelo de revalorização devem ser calculados no pressuposto de que a sua recuperação será efectuada através da venda destes activos.

De acordo com o endosso, esta Norma é aplicada para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014, podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011). A aplicação é retrospectiva.

Da aplicação destas alterações à Norma não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

IAS 19 Benefícios dos empregados (Revista)

A IAS 19 Benefícios de empregados (Revista), sendo as principais alterações as seguintes:

- a eliminação da opção de diferir o reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, conhecida pelo "método do corredor"; Ganhos e Perdas actuariais são reconhecidos na Demonstração do Rendimento Integral quando os mesmos ocorrem. Os valores reconhecidos nos lucros ou prejuízos são limitados: ao custo corrente e de serviços passados (que inclui os ganhos e perdas nos cortes), ganhos e perdas na liquidação e custos (proveitos) relativos a juros líquidos. Todas as restantes alterações no valor líquido do activo (passivo) decorrente do plano de benefício definido devem ser reconhecidas na Demonstração do Rendimento Integral, sem subsequente reclassificação para lucros ou perdas.

- os objectivos para as divulgações relativos a planos de benefício definido são explicitamente referidos na revisão da norma, bem como novas divulgações ou divulgações revistas. Nestas novas divulgações inclui-se informação quantitativa relativamente a análises de sensibilidade à responsabilidade dos benefícios definidos a possíveis alterações em cada um dos principais pressupostos actuariais.

- benefícios de cessação de emprego deverão ser reconhecidos no momento imediatamente anterior: (i) a que compromisso na sua atribuição não possa ser retirado e (ii) a provisão por reestruturação seja constituída de acordo com a IAS 37.

- A distinção entre benefícios de curto e longo prazo será baseado na tempestividade da liquidação do benefício independentemente do direito ao benefício do empregado já ter sido conferido.

As alterações à IAS 19 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013, podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.

Da aplicação destas alterações à Norma são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras ao nível das divulgações.

IAS 32 Instrumentos financeiros (Compensação de activos financeiros e passivos financeiros)

A emenda clarifica o significado de "direito legal correntemente executável de compensar" e a aplicação da IAS 32 aos critérios de compensação de sistemas de compensação (tais como sistemas centralizados de liquidação e compensação) os quais aplicam mecanismos de liquidação brutos que não são simultâneos.

O parágrafo 42 a) da IAS 32 requer que "um activo financeiro e um passivo financeiro devem ser compensados e a quantia líquida apresentada no balanço quando, e apenas quando, uma entidade tiver actualmente um direito de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas". Esta emenda clarifica que os direitos de compensar não só têm de ser legalmente correntemente executáveis no decurso da actividade normal mas também têm de ser executáveis no caso de um evento de incumprimento e no caso de falência ou insolvência de todas as contrapartes do contrato, incluindo

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

da entidade que reporta. A emenda também clarifica que os direitos de compensação não devem estar contingentes de eventos futuros.

O critério definido na IAS 32 para a compensação de instrumentos financeiros requer que a entidade de reporte pretenda, ou liquidar numa base líquida, ou realizar o activo e liquidar simultaneamente o passivo. A emenda clarifica que só os mecanismos de liquidação pelo valor bruto que eliminam ou resultam em riscos de crédito e liquidez insignificantes em que o processo de contas a receber e a pagar é um único processo de liquidação ou ciclo podem ser, de facto, equivalentes a uma liquidação pelo valor líquido, cumprindo com efeito o critério de liquidação líquido previsto na norma.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014. A emenda à IFRS 7 deverá ser aplicável retrospectivamente de acordo com a IAS 8. A aplicação antecipada é permitida devendo divulgar este facto e cumprir com as divulgações previstas pela IFRS 7 Divulgações (Emenda) - Compensação de activos financeiros e passivos financeiros.

Da aplicação desta clarificação à Norma não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não endossadas pela UE

IFRS 9 - Instrumentos financeiros

IFRS 9 Instrumentos financeiros (Introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos e passivos financeiros)

A primeira fase da IFRS 9 Instrumentos financeiros aborda a classificação e mensuração dos activos e passivos financeiros. O IASB continua a trabalhar e a discutir os temas de imparidade e contabilidade de cobertura com vista à revisão e substituição integral da IAS 39. A IFRS 9 aplica-se a todos os instrumentos financeiros que estão no âmbito de aplicação da IAS 39.

As principais alterações são as seguintes:

Activos Financeiros:

Todos os activos financeiros são mensurados no reconhecimento inicial ao justo valor.

Os instrumentos de dívida podem ser mensurados ao custo amortizado subsequentemente se:

- a opção pelo justo valor não for exercida;
- o objectivo da detenção do activo, de acordo com o modelo de negócio, é receber os cash-flows contratualizados; e
- nos termos contratados os activos financeiros irão gerar, em datas determinadas, cash-flows que se consubstanciam somente no pagamento de reembolso de capital e juros relativos ao capital em dívida.

Os restantes instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor.

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Todos os investimentos financeiros de capital próprio são mensurados ao justo valor através da Demonstração de Rendimento Integral ou através de proveitos e perdas. Cada um dos instrumentos financeiros de capital próprio deve ser mensurado ao justo valor através de i) na Demonstração de Rendimento integral ou (ii)Proveitos e perdas (os instrumentos financeiros de capital prióprio detidos para negociação devem ser mensurados ao justo valor com as respectivas variações sempre reconhecidas através de proveitos e perdas)

Passivos Financeiros:

As diferenças no justo valor de passivos financeiros ao pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos que resultem de alterações no risco de crédito da entidade devem ser apresentadas na Demonstração de rendimento integral. Todas as restantes alterações devem ser registadas nos lucros e perdas excepto se a apresentação das diferenças no justo valor resultantes do risco de crédito do passivo financeiro fossem susceptíveis de criar ou aumentar uma descompensação significativa nos resultados do período.

Todas as restantes regras de classificação e mensuramento relativamente a passivos financeiros existentes na IAS 39 permanecem inalteradas na IFRS 9 incluindo as regras da separação de derivados embutidos e o critério para ser reconhecidos ao justo valor por proveitos e perdas.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2015. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação das disposições relativas aos passivos financeiros pode ser também antecipada desde que em simultâneo com as disposições relativas aos activos financeiros.

Da aplicação desta Norma são esperados impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras que ainda não foram quantificados.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2009-2011

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2009-2011, o IASB emitiu seis emendas a cinco normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IAS 1 (Emenda) Apresentação de demonstrações financeiras

Clarifica a diferença entre informação comparativa adicional e informação mínima comparativa. Geralmente, a informação comparativa mínima requerida corresponde ao período comparativo anterior.

Uma entidade deve incluir informação comparativa nas notas às demonstrações financeiras quando voluntariamente divulga informação para além da informação mínima requerida. A informação adicional relativa ao período comparativo não necessita de conter um conjunto completo de demonstrações financeiras.

Adicionalmente, o balanço de abertura do da posição financeira (terceiro balanço) deve ser apresentado nas seguintes circunstâncias: i) quando uma entidade aplica uma política contabilística retrospectivamente ou elabora uma reexpressão retrospectiva de itens nas suas demonstrações financeiras;ou ii) quando reclassifica itens nas suas demonstrações financeiras e estas alterações são materialmente relevantes para a demonstração da posição financeira. O balanço de abertura deverá ser o balanço de

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

abertura do periodo comparativo. Todavia, ao contrário da informação comparativa voluntária, não são requeridas notas para sustentar a terceira demonstração da posição financeira.

IAS 32 Instrumentos financeiros

Clarifica que o imposto sobre o rendimento que resultem de distribuições a accionistas deve ser contabilizado de acordo com a IAS 12 Impostos sobre o rendimento.

IAS 34 Relato financeiro intercalar

Clarifica que os requisitos da IAS 34 relativamente à informação por segmentos para o total de activos e passivos para cada segmento reportável, de forma a melhorar a consistência com a IFRS 8 Relato por segmentos.

De acordo com esta emenda, o total de activos e passivos para cada um dos segmentos reportáveis só necessitam de ser divulgados quando os mesmos são regularmente providenciados aos gerentes de segmento.

As melhorias às IFRS são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013, podem ser aplicadas antecipadamente desde que devidamente divulgadas. A aplicação é retrospectiva.

Da aplicação das melhorias às Normas não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

(UNIDADE: EUROS)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS							VALOR DE BALANÇO			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	UNITÁRIO	TOTAL	JUROS CORRIDOS	TAXA DE JURO
	1 - TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS									
	1.1 - Nacionais									
	1.1.1 - Partes de capital em empresas do grupo									
	SUB-TOTAL									
	1.1.2 - Obrigações de empresas do grupo									
	SUB-TOTAL									
	1.1.3 - Outros títulos de empresas do grupo									
	SUB-TOTAL									
	1.1.4 - Partes de capital em empresas associadas									
	SUB-TOTAL									
	1.1.5 - Obrigações de empresas associadas									

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(CONT.)

(UNIDADE: EUROS)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS							VALOR DE BALANÇO			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	UNITÁRIO	TOTAL	JUROS CORRIDOS	TAXA DE JURO
	SUB-TOTAL									
	1.1.6 - Outros títulos de empresas associadas									
	SUB-TOTAL									
	SUB-TOTAL									
	1.2 - Estrangeiras									
	1.2.1 - Partes de capital em empresas do grupo									
	SUB-TOTAL									
	1.2.2 - Obrigações de empresas do grupo									
	SUB-TOTAL									
	1.2.3 - Outros títulos de empresas do grupo									
	SUB-TOTAL									
	1.2.4 - Partes de capital em empresas associadas									
	SUB-TOTAL									
	1.2.5 - Obrigações de empresas associadas									
	SUB-TOTAL									
	1.2.6 - Outros títulos de empresas associadas									
	SUB-TOTAL									
	SUB-TOTAL									

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(CONT.) (UNIDADE: EUROS)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS							VALOR DE BALANÇO			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	UNITÁRIO	TOTAL	JUROS CORRIDOS	TAXA DE JURO
	TOTAL									
	2 - OUTROS TÍTULOS									
	2.1 - Nacionais									
	2.1.1 - Títulos de rendimento fixo									
	2.1.1.1 - De dívida pública									
PTOTENOE0018	O. T. JUNHO TF 08/18		100.000	93,97		93.967	92	92.400	2.426	4,450%
PTOTEYOE0007	O.T. ABR TF 05/21		200.000	99,21		198.413	81	162.500	5.464	3,850%
PTOTE1OE0019	O.T. JUNHO TF 03/14		1.500.000	101,18		1.517.728	101	1.518.375	35.599	4,375%
	SUB-TOTAL		1.800.000			1.810.108		1.773.275	43.489	
	2.1.1.2 - De outros emissores públicos									
	SUB-TOTAL		-			-		-		
	2.1.1.3 - De outros emissores									
913910001401	C.N.B./CAMAC S.1 90/95		175	-		-	-		-	
913910001402	C.N.B./CAMAC S.2 90/97		125	-		-	-	-	-	
PTCG2YOE0001	CAIXA GERAL DEPOSITOS TF 10/20		1.000.000	100,15		1.001.530	92	919.440	39.365	4,250%
PTCGGFOM0015	CAIXA GERAL DEPÓSITOS TF 09/14		1.500.000	100,50		1.507.505	99	1.491.975	23.984	3,625%
913910003401	CONST.CAMPO ALEGRE 91/96		75	-		-	-	-	-	
913012876001	COPINAQUE 90/95		50.000	-		-	-	-	-	
913910003301	FABRIFER 91/96		100	-		-	-	-	-	

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(CONT.) (UNIDADE: EUROS)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS							VALOR DE BALANÇO			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	UNITÁRIO	TOTAL	JUROS CORRIDOS	TAXA DE JURO
913012886001	SOMEC 92/97		30.000	-		-	-	-	-	
913012886002	SOMEC 94/99		70.000	-		-	-	-	-	
	SUB-TOTAL		2.650.474			2.509.035		2.411.415	63.349	
	SUB-TOTAL		4.450.474			4.319.143		4.184.690	106.838	
	2.1.2 - Títulos de rendimento variável									
	2.1.2.1 - Acções									
PTFBI0AN0012	BANCO FINANTIA SA	455.654			-	191.375	-	154.922	-	
	SUB-TOTAL	455.654				191.375		154.922		
	2.1.2.2 - Títulos de participação									
	SUB-TOTAL	-				-		-		
	2.1.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento									
PTNOFAIM0008	VISION ESCRITÓRIOS	683.800			4	2.587.168	4	2.649.315		
	SUB-TOTAL	683.800				2.587.168		2.649.315		
	2.1.2.4 - Outros									
	SUB-TOTAL	-	-			-		-	-	
	SUB-TOTAL	1.139.454	-			2.778.542		2.804.237	-	
	TOTAL	1.139.454	4.450.474			7.097.685		6.988.927	106.838	
	2.2 - Estrangeiros									
	2.2.1 - Títulos de rendimento fixo									

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(CONT.)

(UNIDADE: EUROS)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						UNITÁRIO	TOTAL	JUROS CORRIDOS	TAXA DE JURO
	2.2.1.1 - De dívida pública									
BE0000307166	BELGIUM KINGDOM TF 06/16		1.690.000	98,19		1.659.452	110	1.861.619	14.145	3,250%
ES0000012866	BONOS Y OBLIG TF 03/13		940.000	100,22		942.109	101	949.165	16.657	4,200%
ES00000120J8	BONOS Y OBLIG TF 06/17		3.000.000	98,62		2.958.513	99	2.979.750	104.344	3,800%
ES00000121A5	BONOS Y OBLIG TF 08/18		3.000.000	101,51		3.045.411	99	2.959.950	51.896	4,100%
IT0003644769	BTPS TF 02/20		300.000	104,20		312.606	104	311.535	5.622	4,500%
DE0001141547	BUNDESOBLIGATION TF 09/14		3.300.000	102,13		3.370.266	103	3.394.380	53.704	2,250%
DE0001135416	BUNDESREP DEUTSCH TF 10/20		1.000.000	97,95		979.518	110	1.099.250	7.274	2,250%
DE0001135234	BUNDESREPUB DEUTSCH TF 03/13		200.000	101,46		202.923	102	203.100	3.699	3,750%
DE0001135218	BUNDESREPUB DEUTSCH TF 03/13		200.000	100,04		200.083	100	200.020	8.902	4,500%
DE0001135424	BUNDESREPUB DEUTSCH TF 10/21		300.000	101,74		305.213	112	334.815	7.418	2,500%
DE0001134922	BUNDESREPUB DEUTSCH TF 94/24		800.000	133,71		1.069.675	149	1.194.200	49.454	6,250%
IT0003472336	BUONI POLIENNALI TF 03/13		3.700.000	100,22		3.708.080	102	3.766.045	65.485	4,250%
IT0003719918	BUONI POLIENNALI TF 04/15		1.300.000	101,38		1.317.900	104	1.356.615	23.008	4,250%
IT0003844534	BUONI POLIENNALI TF 05/15		1.600.000	99,09		1.585.503	103	1.653.280	24.986	3,750%

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(CONT.) (UNIDADE: EUROS)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						UNITÁRIO	TOTAL	JUROS CORRIDOS	TAXA DE JURO
IT0004019581	BUONI POLIENNALI TF 06/16		1.100.000	102,38		1.126.195	104	1.140.260	17.178	3,750%
IT0004164775	BUONI POLIENNALI TF 06/17		300.000	102,51		307.537	104	312.060	4.997	4,000%
IT0004009673	BUONI POLIENNALI TF 06/21		200.000	96,66		193.316	98	195.410	3.123	3,750%
IT0004273493	BUONI POLIENNALI TF 07/18		5.000.000	104,43		5.221.496	105	5.271.500	93.699	4,500%
IT0004361041	BUONI POLIENNALI TF 08/18		200.000	104,25		208.499	105	210.090	3.748	4,500%
IT0004612179	BUONI POLIENNALI TF 10/13		500.000	99,92		499.618	100	501.875	767	2,000%
IT0004615917	BUONI POLIENNALI TF 10/15		200.000	100,45		200.910	102	203.130	230	3,000%
IT0004594930	BUONI POLIENNALI TF 10/20		1.500.000	101,02		1.515.242	101	1.508.775	19.562	4,000%
FI0001005407	FINNISH GOVERNMENT TF 02/13		3.050.000	101,27		3.088.739	103	3.128.538	80.846	5,375%
FI0001006066	FINNISH GOVT TF 06/17		600.000	105,11		630.680	116	695.430	6.688	3,875%
FI4000020961	FINNISH GOVT TF 11/21		900.000	107,68		969.093	117	1.055.025	22.438	3,500%
FR0000188989	FRANCE O.A.T. TF 02/13		100.000	100,89		100.894	101	101.190	2.729	4,000%
FR0010216481	FRANCE O.A.T. TF 04/15		3.100.000	97,98		3.037.479	108	3.342.420	17.071	3,000%
FR0010288357	FRANCE O.A.T. TF 05/16		1.000.000	97,05		970.455	110	1.097.300	22.171	3,250%
FR0010192997	FRANCE O.A.T. TF 05/21		2.300.000	101,48		2.333.946	116	2.676.165	58.839	3,750%
FR0010604983	FRANCE O.A.T. TF 08/18		1.000.000	103,97		1.039.687	116	1.163.950	27.288	4,000%
FR0010854182	FRANCE O.A.T. TF 10/20		600.000	101,38		608.308	115	688.230	14.326	3,500%

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(CONT.)

(UNIDADE: EUROS)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS							VALOR DE BALANÇO			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	UNITÁRIO	TOTAL	JUROS CORRIDOS	TAXA DE JURO
FR0000571085	FRANCE O.A.T. TF 92/23		500.000	144,89		724.468	160	799.600	28.993	8,500%
FR0010011130	FRANCE OAT TF 02/13		900.000	101,30		911.710	103	928.530	6.608	4,000%
FR0010163543	FRANCE OAT TF 04/15		3.000.000	99,26		2.977.681	108	3.232.500	71.630	3,500%
FR0010466938	FRANCE OAT TF 06/23		2.100.000	107,59		2.259.294	120	2.527.035	16.383	4,250%
FR0116114978	FRENCH TREASURY NOTE TF 09/14		400.000	101,11		404.428	102	409.840	9.672	2,500%
GRR000000010	HELLENIC REP 12/42 cup 0		630.000	0,00		1	1	4.227	-	
IE0006857530	IRISH GOVERNMENT TF 99/16		2.950.000	102,51		3.024.183	106	3.130.983	95.548	4,600%
DE000NRW1006	LAND NORDRHEIN TF 07/22		500.000	110,91		554.558	123	616.450	14.683	4,375%
NL0000102325	NETHERLANDS GOVERNMENT TF 04/14		1.325.000	102,88		1.363.171	106	1.399.796	23.006	3,750%
NL0000102283	NETHERLANDS GOVERNMENT TF 06/16		2.900.000	100,69		2.919.975	113	3.283.525	53.710	4,000%
NL0000102275	NETHERLANDS GOVT TF 06/23		6.200.000	109,34		6.779.154	120	7.455.190	222.336	3,750%
NL0009331461	NETHERLANDS GOVT TF 10/13		100.000	100,03		100.034	100	100.020	1.674	1,750%
NL0009348242	NETHERLANDS GOVT TF 10/20		300.000	103,77		311.317	117	351.180	4.833	3,500%

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(CONT.) (UNIDADE: EUROS)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS							VALOR DE BALANÇO			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	UNITÁRIO	TOTAL	JUROS CORRIDOS	TAXA DE JURO
NL0009712470	NETHERLANDS GOVT TF 11/21		300.000	103,59		310.757	115	346.395	4.488	3,250%
XS0282701514	POLAND GOVERNMENT BOND TF 07/22		1.000.000	99,28		992.838	116	1.157.920	42.787	4,500%
AT0000A0CL73	REP OF AUSTRIA TF 09/14		400.000	103,12		412.483	106	423.860	2.608	3,400%
AT0000385992	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 03/13		2.300.000	101,03		2.323.627	103	2.365.090	17.241	3,800%
AT0000386115	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 05/20		400.000	100,06		400.229	118	473.540	7.180	3,900%
AT0000A001X2	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 05/21		2.500.000	99,64		2.490.968	116	2.896.625	25.171	3,500%
AT0000A011T9	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 06/16		1.000.000	99,76		997.596	113	1.133.450	11.507	4,000%
AT0000A0N9A0	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 11/22		4.500.000	101,80		4.580.903	117	5.267.250	114.750	3,650%
FR0114683842	FRENCH TREASURY NOTE TF 08/13		20.000	110,95		22.190	102	20.454	424	4,500%
NL0009348242	NETHERLANDS GOVT TF 10/20		50.000	102,12		51.060	117	58.530	805	3,500%
	SUB-TOTAL		77.255.000			78.621.968		83.937.062		
	2.2.1.2 - De outros emissores públicos									
FR0010163329	CAISSE AMORT DET CADES TF 04/15		300.000	102,82		308.467	108	322.935	7.419	3,625%
FR0010301747	CAISSE AMORT DET CADES TF 04/16		300.000	102,96		308.893	110	330.936	7.419	3,625%

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(CONT.) (UNIDADE: EUROS)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS							VALOR DE BALANÇO			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	UNITÁRIO	TOTAL	JUROS CORRIDOS	TAXA DE JURO
FR0010198036	CAISSE AMORT DET CADES TF 05/20		2.500.000	103,37		2.584.272	116	2.887.875	17.209	3,750%
FR0010767566	CAISSE AMORT DET CADES TF 09/20		1.000.000	104,30		1.042.989	119	1.189.450	28.993	4,250%
FR0010347989	CAISSE AMORT DET CADES TF 10/21		900.000	106,43		957.888	120	1.082.610	7.228	4,375%
EU000A1G0A40	EFSF T BILL 06/17/13		224.668	100,00		224.668	100	224.531	-	
EU000A1G0AF5	EFSF TF 12/13		150.000	100,00		150.001	100	150.068	483	0,400%
EU000A1G0AG3	EFSF TF 12/14		150.000	100,01		150.009	101	151.395	1.208	1,000%
DE0001240265	GEMEINSAME BUND TF 07/17		300.000	104,36		313.089	115	345.579	9.152	4,250%
DE000A1REZ17	LAND BERLIN 12/18		1.700.000	99,89		1.698.096	100	1.694.084	715	0,244%
DE0001590628	LAND NIEDERSACHSEN TF 04/14		1.000.000	99,60		995.969	104	1.044.600	35.502	4,125%
DE0001590677	LAND NIEDERSACHSEN TF 08/18		200.000	104,33		208.650	117	233.868	7.153	4,250%
DE000NRW2046	LAND NORDRHEIN-WESTFALEN 12/16		1.700.000	99,96		1.699.337	100	1.699.218	727	0,296%
DE000NRW0E76	LAND NORDRHEIN-WESTFALEN 12/18		1.200.000	99,86		1.198.327	99	1.191.408	924	0,360%
FR0011374834	REGION OF ILE DE FRANCE 12/18		1.600.000	99,88		1.598.094	100	1.599.088	463	0,613%
XS0255800285	RESEAU FERRE DE FRANCE TF 06/22		2.500.000	109,45		2.736.247	119	2.982.075	62.928	4,375%
FR0011376805	VILLE DE PARIS 12/22		1.400.000	100,00		1.399.982	97	1.361.696	424	0,909%
XS0484565709	B.E.I. 10/18		2.200.000	99,40		2.186.800	99	2.181.916	760	0,222%

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(CONT.)

(UNIDADE: EUROS)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS							VALOR DE BALANÇO			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	UNITÁRIO	TOTAL	JUROS CORRIDOS	TAXA DE JURO
DE000A1ELUX5	GEMEINSAME BUND TF 10/15		20.000	103,08		20.616	104	20.849	230	2,000%
DE000A1K0UB7	KFW TF 11/16		90.000	104,55		94.095	106	95.490	567	2,000%
DE0001040517	LAND BADEN-WUERTTEMBERG 08/13		850.000	99,87		848.895	100	849.898	75	0,090%
DE0001040640	LAND BADEN-WURT 09/13		700.000	100,06		700.413	100	700.000	382	0,223%
DE000A0Z1FS4	LAND BERLIN 09/13		1.600.000	100,38		1.606.080	100	1.602.784	1.766	0,516%
DE000A1REZ17	LAND BERLIN 12/18		1.400.000	99,89		1.398.474	100	1.395.128	588	0,244%
DE000A0Z2LX0	LAND BRANDENBURG 10/13		3.200.000	100,02		3.200.480	100	3.200.512	1.687	0,226%
DE000NRW2ZN2	LAND NORDRHEIN 10/14		5.250.000	100,43		5.272.313	100	5.260.028	4.379	0,390%
DE000NRW2YQ8	LAND NORDRHEIN-WESTFALEN 09/13		2.700.000	100,02		2.700.405	100	2.702.106	379	0,281%
DE000NRW2046	LAND NORDRHEIN-WESTFALEN 12/16		1.400.000	99,96		1.399.440	100	1.399.356	599	0,296%
DE000NRW0E76	LAND NORDRHEIN-WESTFALEN 12/18		1.300.000	99,86		1.298.180	99	1.290.692	1.001	0,360%
FR0011374834	REGION OF ILE DE FRANCE 12/18		700.000	99,88		699.160	100	699.601	203	0,613%
	SUB-TOTAL		38.534.668			39.000.330		39.889.776	200.563	
	2.2.1.3 - De outros emissores									
XS0230228933	B.E.I. TF 05/15		3.100.000	98,09		3.040.756	108	3.352.030	20.437	3,125%
ES0413900103	BANCO SANTANDER CENT-HISP TF 05/15		3.000.000	97,63		2.928.786	101	3.032.700	24.144	3,125%

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(CONT.)

(UNIDADE: EUROS)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						UNITÁRIO	TOTAL	JUROS CORRIDOS	TAXA DE JURO
ES0413900087	BANCO SANTANDER TF 05/20		1.600.000	100,06		1.600.883	101	1.623.280	46.641	4,000%
XS0304459026	BANK OF SCOTLAND PLC TF 07/22		200.000	99,60		199.197	124	248.000	5.362	4,750%
XS0323856210	BARCLAYS BANK PLC 07/19		15.000.000	100,05		15.007.004	114	17.139.000	162.917	4,250%
XS0179749808	BAYERISCHE LANDESBANK 03/15		4.000.000	100,89		4.035.630	100	3.999.400	1.745	0,314%
XS0542371975	BNP PARIBAS 10/13		1.700.000	100,01		1.700.213	100	1.702.567	385	0,583%
FR0000474652	CIE FINANCEMENT TF 03/18		2.000.000	99,10		1.982.026	117	2.339.100	56.466	4,500%
FR0010489831	CIE FINANCEMENT TF 06/15		300.000	104,91		314.735	110	329.490	7.379	4,750%
FR0010526988	CIE FINANCEMENT TF 07/13		900.000	100,07		900.613	100	900.585	39.504	4,500%
FR0010422618	CIE FINANCEMENT TF 07/17		3.300.000	98,14		3.238.749	114	3.767.412	24.987	4,125%
FR0010758599	CIE FINANCEMENT TF 09/21		300.000	105,67		317.022	122	366.060	8.815	4,875%
XS0864870398	CREDIT AGRICOLE LONDON 12/15		1.600.000	99,90		1.598.416	100	1.598.416	386	0,511%
XS0369059216	DANSKE BANK TF 08/13		1.500.000	100,90		1.513.428	102	1.530.150	40.670	4,875%
FR0010369306	DEXIA AGENCY TF 06/14		3.000.000	99,93		2.997.804	103	3.095.700	93.637	3,875%
FR0010539734	DEXIA AGENCY TF 07/17		4.500.000	99,44		4.474.744	114	5.114.925	26.630	4,500%
DE000HBE1MP5	EUROHYPO AG TF 06/16		1.500.000	97,04		1.455.546	112	1.673.550	6.370	3,875%

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(CONT.) (UNIDADE: EUROS)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						UNITÁRIO	TOTAL	JUROS CORRIDOS	TAXA DE JURO
XS0201674594	HBOS TSY SRVCS TF 04/14		3.800.000	100,51		3.819.435	106	4.040.920	43.804	4,250%
FR0011380625	HSBC FRANCE 12/14		500.000	99,90		499.495	100	499.520	-	
ES0347785000	IM CEDULAS TF 06/16		2.900.000	100,54		2.915.702	93	2.694.680	69.223	4,250%
DE0002760931	KFW TF 04/14		3.900.000	100,59		3.922.920	106	4.139.850	81.740	4,250%
DE0002760980	KFW TF 07/21		300.000	102,69		308.067	117	351.855	5.178	3,500%
DE000A0Z2KS2	KFW TF 09/16		500.000	100,57		502.837	110	549.250	7.705	3,125%
DE000A0L1CY5	KFW TF 09/19		300.000	102,08		306.241	118	352.830	10.894	3,875%
XS0806470349	LANDWIRTSCH RENTENBK 12/19		1.950.000	99,66		1.943.389	100	1.953.588	311	0,287%
XS0831383194	MAN SE TF 12/15		1.000.000	99,77		997.716	101	1.007.460	2.767	1,000%
XS0773247803	RABOBANK NED 12/13		1.000.000	99,99		999.866	100	1.000.780	1.040	0,499%
XS0805132593	RABOBANK NEDERLAND 12/13		1.500.000	100,00		1.499.929	100	1.501.440	1.434	0,459%
FR0010855155	SOC GENERALE SCF TF 02/22		800.000	101,88		815.027	118	945.400	28.852	4,125%
XS0576601396	SOCIETE GENERALE 11/13		2.000.000	100,01		2.000.103	100	2.000.280	3.037	0,710%
XS0839485314	VOLKSWAGEN INTFN NV 12/14		1.000.000	100,00		999.996	100	999.910	1.125	0,494%
XS0737108984	AGENCE FRANCAISE DEVELOP 12/15		2.200.000	101,48		2.232.560	101	2.215.510	4.445	1,102%
XS0858152373	BMW FINANCE NV 12/14		1.200.000	99,94		1.199.268	100	1.197.672	442	0,390%
XS0542371975	BNP PARIBAS 10/13		1.800.000	100,04		1.800.756	100	1.802.718	408	0,583%
XS0864870398	CREDIT AGRICOLE LONDON 12/15		1.100.000	99,90		1.098.845	100	1.098.911	265	0,511%

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(CONT.) (UNIDADE: EUROS)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						UNITÁRIO	TOTAL	JUROS CORRIDOS	TAXA DE JURO
DE000DK8ACH6	DEKABANK 10/13		1.000.000	100,05		1.000.520	100	1.000.060	84	0,303%
XS0488173864	DEXIA CREDIT LOCAL 10/13		3.900.000	100,00		3.900.000	100	3.885.102	2.006	0,441%
XS0441402681	EDISON SPA TF 09/14		1.350.000	104,95		1.416.825	105	1.411.682	25.308	4,250%
FR0011380625	HSBC FRANCE 12/14		100.000	99,90		99.899	100	99.904	-	
XS0859483694	ING BANK NV 12/14		500.000	100,00		499.990	100	500.685	311	0,679%
DE000A0XE9W7	L-BANK BW FOERDERBANK 08/13		2.200.000	100,21		2.204.664	100	2.202.772	6.351	0,707%
DE000A0Z13P8	L-BANK BW FOERDERBANK 10/13		1.600.000	99,97		1.599.552	100	1.599.984	638	0,205%
XS0806470349	LANDWIRTSCH RENTENBK 12/19		2.550.000	99,65		2.540.973	100	2.554.692	407	0,287%
XS0831383194	MAN SE TF 12/15		2.000.000	99,75		1.995.000	101	2.014.920	5.534	1,000%
DE000NLB24A3	NORDDEUTSCHE LANDESBANK 07/14		250.000	99,20		248.000	100	249.392	102	0,190%
DE000NWB1897	NRW BANK 08/13		3.000.000	100,09		3.002.730	100	3.001.590	414	0,276%
XS0805132593	RABOBANK NEDERLAND 12/13		1.100.000	100,00		1.100.000	100	1.101.056	1.052	0,459%
XS0420972258	THALES S.A. TF 09/13		500.000	101,53		507.650	101	504.510	16.361	4,375%
XS0839485314	VOLKSWAGEN INTFN NV 12/14		1.300.000	100,00		1.300.000	100	1.299.883	1.463	0,494%
	SUB-TOTAL		96.600.000			96.583.509			889.176	
	SUB-TOTAL									
	2.2.2 - Títulos de rendimento variável									

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(CONT.)

(UNIDADE: EUROS)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS							VALOR DE BALANÇO			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	UNITÁRIO	TOTAL	JUROS CORRIDOS	TAXA DE JURO
	2.2.2.1 - Acções									
	2.2.2.2 - Títulos de participação									
	SUB-TOTAL									
	2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento	-								
FR0010232298	BFT MONETAIRE	141			13.455	1.897.185	13.460	1.897.830		
FR0010529743	LBPAM TRESORERIE - I	123			10.918	1.342.910	10.919	1.343.053		
FR0010337667	BNP PARIBAS CASH INVEST I	14			57.067	798.944	57.074	799.036		
FR0000291239	CPR CASH - P	65			22.471	1.460.585	22.476	1.460.958		
IE00B06YB680	PREFF PAN-EUROPEAN REAL ESTATE FUND	16.470			82	1.357.589	83	1.366.647		
LU0274210672	DB X-TRACKERS MSCI USA TRN	389			21	8.321	26	10.172		
LU0322248658	DB X-TRACKERS RUSSEL 2000	57			71	4.074	83	4.714		
FR0007054358	LYXOR ETF EURO STOXX 50 A	346			24	8.201	26	9.091		
LU0106235459	SCHRODER INTL EURO EQT-C ACC	4.550			24	108.057	25	112.248		
FR0010232298	BFT MONETAIRE	72			13.456	968.859	13.460	969.105		
FR0010092528	BNPP - MONEY PRIME EURO C	265			1.190	315.427	1.191	315.514		

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(CONT.) (UNIDADE: EUROS)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS							VALOR DE BALANÇO			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	UNITÁRIO	TOTAL	JUROS CORRIDOS	TAXA DE JURO
FR0010213355	GROUPAMA ENTERPRISES - IC	212			2.274	482.192	2.276	482.595		
FR0010529743	LBPAM TRESORERIE - I	59			10.911	643.768	10.919	644.229		
LU0414045319	SCHRODER INT EURO CORP - XD	125			113	14.125	119	14.866		
FR0010270033	LYXOR ETF COMMODITIES CRB-AD	596			20	11.947	21	12.519		
FR0010337667	BNP PARIBAS CASH INVEST I	5			56.997	284.987	57.074	285.370		
FR0000293698	BTP TRESORERIE	32			10.743	343.770	10.752	344.052		
FR0000291239	CPR CASH - P	24			22.444	538.667	22.476	539.430		
FR0010609115	LFP TRESORERIE - I	2			107.351	214.701		214.951		
	SUB-TOTAL	23.547				10.804.308		10.826.380		
	2.2.2.4 - Outros									
	SUB-TOTAL		-			-		-		
	TOTAL	**23.547**								
	3 - TOTAL GERAL	**1.163.001**								

VICTORIA
Uma empresa do Grupo Segurador SMABTP

03

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

VICTORIA - SEGUROS DE VIDA, S.A.

RELATÓRIO & CONTAS 2012

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

ERNST & YOUNG

Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. ("Companhia"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 288.440.111 Euros e um total de capital próprio de 28.129.737 Euros, incluindo um resultado líquido de 114.226 Euros), as Demonstrações dos Resultados, do Rendimento Integral, das Alterações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas e Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado e o rendimento integral das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

   - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
   - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
   - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

   - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de VICTORIA – Seguros de Vida, S.A., em 31 de Dezembro de 2012, o resultado e o rendimento integral das suas operações e fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal, estabelecidos pelo Plano de Contas aprovado pela Norma Regulamentar nº 4/2007 de 27 de Abril e respectivas alterações subsequentes.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 19 de Março de 2013

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:

Ana Salcedas

Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
RELATIVOS AO EXERCICIO DE 2012

Exmos. Senhores Accionistas
VICTORIA-Seguros de Vida, SA

Durante o exercício acompanhámos, nos termos legais e estatutários, da gestão e evolução dos negócios da **VICTORIA-Seguros de Vida, S.A.** tendo tomado conhecimento dos actos de gestão da Administração da Sociedade e verificado, em base de amostragem, os registos contabilísticos e os correspondentes documentos de suporte.

Como trabalho de fim de exercício procedemos à verificação da correcção das contas da Sociedade compreendendo o Balanço em 31 de Dezembro de 2012, a Conta de Ganhos e Perdas (Conta Técnica e Não Técnica), as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e das alterações nos capitais próprios do exercício então findo e os respectivos Anexos.

Verificámos, igualmente, que os critérios valorimétricos adoptados na preparação das demonstrações financeiras estão de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros e a que a Sociedade se encontra legalmente sujeita.

Do Conselho de Administração obtivemos sempre as informações e os esclarecimentos solicitados, o que nesta oportunidade agradecemos.

Tomámos conhecimento da Certificação Legal de Contas e do Relatório Anual sobre a Fiscalização Efectuada, ambos sem reservas, com cujos teores concordámos.

Analisámos ainda o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, o qual é esclarecedor da actividade da Sociedade neste exercício e satisfaz os requisitos legais e estatutários.

Em conformidade com o exporto, somos de parecer que a Assembleia Geral da VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. aprove:

a) O Relatório de Gestão e as Contas da Sociedade, em 31 de Dezembro de 2012;
b) A proposta de aplicação dos resultados no Relatório de Gestão;
c) A gestão da Sociedade exercida em 2012 pelo Conselho de Administração.

Nesta oportunidade, manifestamos o nosso apreço pela excelente colaboração recebida e a eficiência com que exerceu as suas funções.

Lisboa, 21 de Março de 2012

O Conselho Fiscal

João de Lara Everard
(Presidente)

Santiago Gil de Biedma
(Vogal)

António Vilar
(Vogal)

VICTORIA
Uma empresa do Grupo Segurador SMABTP

04

ANEXOS

VICTORIA - SEGUROS DE VIDA, S.A.

RELATÓRIO & CONTAS 2012

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

ANEXO I - PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS RAMO VIDA

TIPO DE PARTICIPAÇÃO	PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS A ATRIBUIR EM 2012	PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS A ATRIBUIR EM 2013	BASE DE INCIDÊNCIA	DISTRIBUIÇÃO
SEGURO INDIVIDUAL				
Carteira Antiga				
Dividendos				
F1 e F4	1%	1%	Provisão	No início da anuidade. Desconto no prémio
Capital adicional				
F1 e F4	1% X anos do contrato (min. 20%, max. 25%)	1% X anos do contrato (min. 20%, max. 25%)	Capital Seguro	Contratos que terminam por morte ou sobrevivência. Aumento do capital seguro
Carteira Nova				
Produtos Tradicionais				
Bónus				
Futuro Seguro (F11), Futuro Programado (F15-F17), Dotal (F14), Reforma Segura (ACC), Nova Geração	0%	0%	Provisão	
Experiência Segura, Vida Activa e Geração Segura (com taxa garantida de 2,75%)	0,25%	0,25%	Provisão	
Experiência Segura e Geração Segura (com taxa garantida de 2%)	1,0%	1,0%	Provisão	
Vida 30+, Vida 50+	n.a.	1,0%	Provisão	
Seguro de rendas	0%	0%	Provisão	
Capital adicional				
Futuro Seguro (F11), Futuro Programado (F15-F17), Dotal F(14), Reforma Segura (ACC) Nova Geração – Sobrevivência	0,28% ´ anos do contrato (max. 18%)	0,25% ´ anos do contrato (max. 18%)	Capital Seguro	Contratos que terminam por morte ou sobrevivência. Aumento do capital seguro
Nova Geração – Morte	100%	100%		
Protecção Vida (FT), Renda Certa (FRT)	100%	100%	Capital ou Renda segura	Contratos que terminam por morte Aumento do capital ou renda segura

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

TIPO DE PARTICIPAÇÃO	PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS A ATRIBUIR EM 2012	PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS A ATRIBUIR EM 2013	BASE DE INCIDÊNCIA	DISTRIBUIÇÃO
Desconto no Prémio				
Protecção Vida (FT)	50,5%	50,5%	Prémio	No início da anuidade. Desconto no prémio

TIPO DE PARTICIPAÇÃO	PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS ATRIBUÍDA EM	PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS A ATRIBUIR EM	BASE DE INCIDÊNCIA	DISTRIBUIÇÃO
SEGURO DE GRUPO				
Produtos Tradicionais				
Bónus				
Misto (G11), Capital Diferido(G19)	0%	0%	Provisão Matemática	
Seguros de rendas	0%	0%	Provisão Matemática	
Vantagem Investimento	0.5%	0,25%	Provisão Matemática	
Desconto no prémio				
Seguro de risco	50.5%	50.5%	Prémio da Cobertura base	No início da anuidade. Desconto no prémio

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

ANEXO II - RENTABILIDADES BRUTAS DE PRODUTOS FINANCEIROS - RAMO VIDA

PRODUTO	SITUAÇÃO DA CARTEIRA	TIPO DE TAXA GARANTIDA	TAXA GARANTIDA 2012	TAXA RENTABILIDADE BRUTA 2012
PPR Valor Mais	Fechada	Fixa	3,50%	0,45%
PPR Valorização	Fechada	Fixa	4,00%	1,17%
VICTORIA Garantia Rendimento	Aberta	Indexada à Euribor	1,52%	0,87%
PPR Garantia Valor	Aberta	Indexada à Euribor	1,52%	1,39%
VICTORIA Reforma Valor	Fechada	Fixa	4,00%	1,01%
INVEST	Fechada	Fixa	4,00%	1,03%
Vantagem Investimento	Aberta	Fixa + Indexada à Euribor	2,50%	2,66%
PPR Acções Maximização	Aberta	Sem garantia	-	10,63%
Europa Invest	Aberta	Sem garantia	-	10,04%

VICTORIA
Uma empresa do Grupo Segurador SMABTP

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

VICTORIA – SEGUROS S.A

VICTORIA- SEGUROS DE VIDA S.A

Edifício VICTORIA - Av. da Liberdade, 200
1250-147 Lisboa - Portugal
T 213 134 100 · **F** 213 134 700

www.victoria-seguros.pt